

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Áurea Gianna de Sousa Azevedo Nobre

**ANÁLISE DOS DOCUMENTOS UTILIZADOS NA DESCREDECIALIZAÇÃO DAS  
FAMÍLIAS DE CRIANÇAS EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL**

Belém/PA  
2012

ÁUREA GIANNA DE SOUSA AZEVEDO NOBRE

**ANÁLISE DOS DOCUMENTOS UTILIZADOS NA DESCREDENCIALIZAÇÃO DAS  
FAMÍLIAS DE CRIANÇAS EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Janari da Silva Pedroso

Belém/PA  
2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

**NOME DO AUTOR: ÁUREA GIANNA DE SOUSA AZEVEDO NOBRE**

**ANÁLISE DOS DOCUMENTOS UTILIZADOS NA DESCREDENCIALIZAÇÃO DAS  
FAMÍLIAS DE CRIANÇAS EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL**

**Dissertação aprovada em: 14/03/2012**

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. JANARI DA SILVA PEDROSO (orientador)

---

Prof. Dr<sup>a</sup>. CELINA MARIA COLINO MAGALHÃES

---

Prof. Dr<sup>a</sup>. JÚLIA SURSIS NOBRE FERRO BUCHER-MALUSCHKE

Ao meu pai (*in memória*) que com seu jeito simples de ser me ensinou as mais valiosas lições de vida.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela vida que se renova a cada manhã, trazendo sempre a possibilidade de um recomeço e a certeza de que por maior que sejam as tormentas sempre haverá a sua mão estendida.

À minha mãe a quem estou sempre a solicitar e que neste momento, em especial, esteve a todo instante a me incentivar. Por seu amor, dedicação e amizade, elementos fundamentais em minha caminhada.

Aos meus filhos por cada sorriso, gesto de carinho, palavras e balbucios que me sustentam e me fazem seguir em frente. Vocês tem sido meu arrimo.

Ao meu esposo por estar sempre ao meu lado nesta caminhada, seu apoio foi fundamental para que conseguisse chegar até aqui. Pelo amor, dedicação, companheirismo e cumplicidade de sempre.

Aos meus irmãos pela força, amizade e por torcerem por mim, seja qual for a empreitada.

Às minhas sogras pelos cuidados dedicados aos meus filhos, o que possibilitou concluir esta tarefa, e pelo carinho e respeito com o qual sempre fui tratada.

Às famílias que não conheci pessoalmente, mas que através de suas histórias me ensinaram grandes lições de vida.

Ao abrigo Espaço de Acolhimento Provisório Infantil, por ter oportunizado o desenvolvimento desta pesquisa.

A CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) agencia financiadora deste trabalho.

Ao meu orientador pelas orientações e ensinamentos ao longo dessa caminhada e por sua compreensão diante dos momentos difíceis.

“Seja a mudança que você deseja ver no mundo.”  
*Mahatma Gandhi*

## RESUMO

O presente trabalho de pesquisa teve como objetivo analisar sob quais aspectos as famílias das crianças abrigadas foram avaliadas para que além do abrigo, como medida protetiva, também se fizesse necessário o processo de destituição do poder familiar, a partir dos conteúdos encontrados nos documentos (prontuários) produzidos sobre as crianças e suas famílias. Teve como problema eixo a descredencialização das famílias que, por sua vez, ocasionou no processo de destituição do poder familiar, através da análise de conteúdo de três prontuários, cujas famílias já haviam perdido o poder familiar. Os documentos foram fotografados e em seguida digitalizados no computador, os dados analisados foram selecionados após uma leitura flutuante de todos os documentos, os componentes das mensagens analisadas foram agrupados em categorias, ou seja, foi realizada uma operação de classificação de elementos de conjunto por diferenciação (categorias molares) e posteriormente um reagrupamento por gênero (categorias moleculares) a partir do critério da semântica, que implica no agrupamento das categorias por tema, algumas regras foram seguidas a partir dos critérios de representatividade, homogeneidade e pertinência. Para a realização deste trabalho classificou-se a pesquisa, quanto a sua natureza, como qualitativa. Os dados foram analisados através da análise de conteúdo de Bardin (1979), compreendida como um conjunto de técnica de pesquisa cujo objetivo é a busca do sentido ou dos sentidos de um documento. O método de análise de conteúdo é balizado por duas fronteiras: de um lado a fronteira da linguística tradicional e do outro o território da interpretação do sentido das palavras (hermenêutica). É sob a fronteira da hermenêutica que os dados, desta pesquisa, foram analisados. Enquanto resultado foi possível constatar, a partir do discurso de proteção da infância em risco social, que a prática de institucionalização e de destituição do poder familiar, por vezes, é baseada na avaliação das ausências que cercam a família.

Palavras-chave: família, abrigo, descredencialização, prontuários, destituição do poder familiar, desestrutura familiar.

## ABSTRACT

The present research aimed to examine ways in which families of children in shelters were evaluated for addition to the shelter as protective measure, it is also necessary to make the process of removal of family power, from the contents found in the documents (medical records) produced on children and their families. This discourse echoes between the systems of protection and child care, justifying the sheltering and removal of family power, which is frequently regarded as “family dysfunction” is nothing more than poverty. In this sense, the present work problematized the decredentialization of the families, who in turn, resulted in divesting of family power, since Brazilian legislation itself recognizes the family as the ideal place for the development of the child. For this work development, the research was classified, by its nature, as qualitative. Data were analyzed through content analysis of Bardian (1979), understood as a set of search technique whose goal is the search for meaning or meanings of a document. The method of content analysis is guided by two boundaries: on one side of the border, linguistic and traditional territory, and in the other, interpretation of the meaning of words (hermeneutics). It is on the border of hermeneutics that the data in this study were analyzed. As a result, it was established from the discourse of protecting children at social risk, that the practice of institutionalization and removal of family power sometimes is based on evaluation of absences that surround the family.

**Keywords:** Family, shelter, decredentialization, removal of family power, family dysfunction.



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	10
<b>2 MÉTODO DE PESQUISA</b>	14
2.1 Pesquisa qualitativa	14
2.2 Ambiente, histórico e funcionamento	16
2.3 Documentos	20
2.4 Coleta de dados e procedimento	26
2.4.1 Diário de campo	27
2.5 O método na prática	30
2.5 Formação de categorias	32
<b>3 O OLHAR SOBRE A FAMÍLIA</b>	38
3.1 Abordagem familiar: a compreensão acerca da estrutura familiar	43
3.2 Relatos de visita: a visão sobre o ambiente	48
3.3 A compreensão técnica sobre a infância institucionalizada: fichas de identificação e avaliação	52
<b>4 A DESTITUIÇÃO DO PODER FAMILIAR A PARTIR DO RELATO PROFSSIONAL</b>	58
4.1 Acompanhamento técnico a família: datas e registros	62
4.2 O processo de descredencialização através dos relatórios	64
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	69
<b>REFERENCIAS</b>	74

## INTRODUÇÃO

De acordo com Alves (2001) o termo “família” é derivado do latim “*famulus*”, que significa “escravo doméstico”. Este termo foi criado na Roma Antiga para designar um novo grupo social que surgiu entre as tribos latinas, ao serem introduzidas à agricultura e também à escravidão legalizada.

No direito romano clássico a "família natural" cresce de importância - esta família é baseada no casamento e no vínculo de sangue. A família natural é o agrupamento constituído apenas dos cônjuges e de seus filhos. Esta tem por base o casamento e as relações jurídicas dele resultantes, entre os cônjuges, e pais e filhos. Se nesta época predominava uma estrutura familiar patriarcal em que um vasto leque de pessoas se encontrava sob a autoridade do mesmo chefe, nos tempos medievais (Idade Média), as pessoas começaram a estar ligadas por vínculos matrimoniais, formando novas famílias. Destas fazia parte, também, a descendência gerada que, assim, tinha duas famílias, a paterna e a materna (ALVES, 2001)

Como pontua Pereira e Gomes (2006) as várias mudanças ocorridas no plano socioeconômico-culturais, pautadas no processo de globalização da economia capitalista, vêm interferindo na dinâmica e estrutura familiar e possibilitando alterações em seu padrão tradicional de organização.

Dessa forma fica difícil falar de família, a que se referir as famílias, para que se possa tentar contemplar a diversidade de relações que convivem na sociedade. No imaginário social, a família seria um grupo de indivíduos ligados por laços de sangue e que habitam a mesma casa. Pode-se considerar a família um grupo social composto de indivíduos que se relacionam cotidianamente gerando uma complexa trama de emoções. Entretanto, há dificuldade ao defini-la, cujo aspecto vai depender do contexto sociocultural em que a mesma está inserida (PEREIRA E GOMES, 2006).

A família é, portanto, uma construção social que varia segundo as épocas, permanecendo, no entanto, aquilo que se chama de "sentimento de família" que se forma a partir de um emaranhado de emoções e ações pessoais, familiares e culturais, compondo o universo do mundo familiar. Esse universo do mundo familiar é único para cada família, mas circula na sociedade nas interações com o meio social em que vivem (AMARAL, 2001).

A noção de família remete ao relacionamento entre pessoas, que não necessariamente compartilham o mesmo domicílio e os mesmos laços sanguíneos ou de parentesco. Essa ampliação da ideia clássica desse agrupamento humano parece claramente assumida na

literatura, nos marcos legais e no discurso cotidiano das pessoas. Contudo, talvez ainda não esteja suficientemente incorporada nas ações institucionais (GUEIROS, 2010).

Formada a partir das relações de parentesco, a família é concebida como uma instituição social importante para a proteção e socialização dos indivíduos. Muitos estudiosos têm discutido as diversas configurações da família e suas mutações.

Assim os novos arranjos familiares são formados, não sendo mais possível pensar a família a partir do modelo nuclear burguês, até mesmo a família conjugal se apresenta em diversos formatos, sendo constituída através do casamento, união estável, namoro, concubinato ou por uma união homossexual. Bem como essas novas possibilidades de composição da família as ausências que cercam a família popular devem ser consideradas como parte do contexto social, político e econômico, em que estar inserida, e que assim vão interferir no seu funcionamento (SARTI, 2007).

Pesquisar sobre famílias, que tiveram o poder familiar destituído, é analisar os olhares que as avaliaram e as descredencializaram. É falar dos caminhos que as levaram a perder o direito de estarem com os filhos, é verificar o quão difícil é seguir um modelo ideal de família social e politicamente instituído, quando se está cercado por contingências de desigualdades econômicas e sociais.

A realização do presente trabalho de pesquisa teve como foco de investigação a análise do conteúdo dos prontuários, das crianças abrigadas, cujos genitores haviam tido o poder familiar destituído. Buscou-se verificar nas entrelinhas dos escritos sob quais aspectos essas famílias são avaliadas e assim descredencializadas a ponto de terem o poder familiar destituído.

Ao questionar esta realidade, busca-se entender como operam algumas políticas em torno da família, bem como os efeitos sobre ela em termos de controle social de uma sociedade desigual, disseminada e privatizada. Assim, este trabalho discute como a noção de direitos da criança, por exemplo, tem recaído em uma mais intensa criminalização da família, despolitizando o movimento reivindicativo em favor das políticas públicas e afirmando uma concepção cada vez mais privada das relações sociais.

Como nos afirma Shenvair (2006) a família, no mundo moderno, tornou-se a referência imediata do indivíduo. Aos poucos, as pessoas deixaram de ser associadas preferencialmente a uma comunidade ou à sua proveniência geográfica, passando a ser situadas a partir do seu núcleo familiar. Tal produção é nítida no caso de crianças, cujas

famílias são convocadas legalmente, na maioria dos países ocidentais, para responder por qualquer movimento tido como fora dos padrões de normalidade instituídos.

A família passou a constituir um espaço privado, cuja atribuição maior é a responsabilidade por seus membros. Assumida por meio de uma série de estratégias de controle disciplinar, a prática familiar produz efeitos tanto no seu âmbito interno (privado), como no âmbito público (ordem pública). Os mecanismos de gestão política em um Estado burguês autoritário como o brasileiro estão concentrados nas elites que se encontram no poder, desqualificando não apenas a participação do coletivo, da comunidade, mas também impedindo qualquer intervenção dos técnicos responsáveis pela execução das ações (SHEINVAR, 2006).

O “corpo técnico” ou “especializado”, que vai ao campo de batalha enfrentar realidades enquanto representante do poder público é dificultado e até impedido de opinar e intervir nas decisões relativas à sua rotina, tendo que se submeter a decisões superiores, que chegam a ser contraditórias com as práticas também induzidas ou impostas pelo Executivo. A coordenação da administração pública no Brasil é definida por alianças políticas. Sob esta condição, se estabelece a relação com os trabalhadores públicos e com os usuários das políticas públicas (NASCIMENTO E SHEINVAR, 2005).

A área dos direitos da criança não é um objeto de deleite humano, mas uma denúncia de processos de exploração e dominação que por séculos têm condicionado a vida humana e o seu entorno a níveis inconcebíveis de degradação. No entanto, a família e a participação comunitária tornaram-se de forma mecânica o centro das preocupações e, nessa medida, das preocupações do movimento social, como se elas fossem as maiores causadoras dos problemas sociais.

A construção de cada capítulo a seguir deu-se a partir do que foi encontrado de mais rico na análise de conteúdo dos documentos que compõem os prontuários, das crianças abrigadas, cujos pais foram destituídos do direito de estarem com os filhos. As categorias temáticas foram as respostas à problemática que motivou o trabalho de pesquisa, o que surge como inédito na certeza de que não se repetirá na singularidade de cada sujeito, cada local e cada olhar que analisa para além do manifesto.

No primeiro capítulo encontra-se a categoria molar que foi nomeada de “O olhar sobre a família”, a partir destas três categorias moleculares, também chamadas de subcategorias, foram formadas e denominadas como “Abordagem familiar: a compreensão acerca da estrutura familiar”; “Relato de visita: a visão sobre o ambiente” e “A compreensão técnica sobre a criança: fichas de identificação e avaliação”.

Têm-se aqui uma análise acerca de instrumentos que são utilizados para classificação das famílias quanto sua estrutura, ou melhor, composição se esta obedece aos padrões familiares social e politicamente instituídos; avaliar o ambiente, espaço físico que ocupam, se o mesmo está de acordo com as normas de higiene sanitária, e por fim a avaliação das fichas e catalogações feitas sobre as crianças, que servem de subsídios para descredencialização dos pais.

O segundo capítulo consta a categoria molar denominada de “A destituição do poder familiar a partir do relato profissional” que foi desdobrada em duas categorias moleculares ou subcategorias denominadas de: “Acompanhamento técnico à família: datas e registros” e “O processo de descredencialização através dos relatórios”.

Essa categoria surgiu a partir da análise dos prontuários no qual foi possível constatar que o conjunto de documentos, que compõem os prontuários, aponta para uma descredencialização dos pais em cuidar dos filhos, assim buscou-se aferir a maneira como o processo de destituição do poder familiar é constituído através dos relatos dos profissionais responsáveis por avaliar as famílias das crianças abrigadas.

As subcategorias que compõem o capítulo são responsáveis por questionar a avaliação técnica sobre as famílias, de que forma o olhar profissional desqualifica esses pais, verificar até que ponto os desfavorecimentos econômicos e sociais são considerados nesse processo avaliativo.

Assim como afirma Sheinvar (2006) durante as análises foi possível constatar que a culpa da ineficiência com que os programas políticos, voltados para família, são planejados e geridos recai sobre o funcionalismo público, e através desta figura explora-se a ameaça da “ingovernabilidade”. Tal reducionismo é percebido também quando o próprio Estado se destitui de algumas de suas tradicionais atribuições em relação à política social e convoca a sociedade civil para participar da gestão da política pública, sabendo que esta não tem, necessariamente, uma tradição participativa orgânica e, mesmo detendo parques e fragmentados espaços nos mecanismos de gestão é responsabilizada pelo processo de democratização.

Há assim uma busca por estratégias de sobrevivência, que colocam a família na mira, como se ela devesse, ou melhor, pudesse dar respostas a uma crise global. Esta desagregação conduz à despilitização do movimento reivindicativo. Portanto o trabalho não teve a finalidade de fazer um julgamento dos profissionais que atuam no abrigo, e sim refletir sobre os constructos que fundamentam esses saberes e que passam a ideia de que suas práticas são apolitizadas.

## 2 MÉTODO DE PESQUISA

### 2.1 Pesquisa Qualitativa

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, que tem como um de seus atributos basilares o contato do pesquisador com o seu objeto de pesquisa, para caracterizar com informações consideradas valiosas para o contexto da pesquisa. Nas pesquisas qualitativas, é comum a compreensão acerca dos fenômenos segundo a perspectiva dos participantes da situação estudada, que a partir daí estabelece uma explicação sobre os dados estudados, tendo um foco de interesse ampliado sem o intuito de enumerar ou medir eventos. Dela faz parte a obtenção de dados descritivos mediante contato direto e interativo com o objeto de estudo.

Godoy (1995) diferencia as três possibilidades de métodos de avaliação apresentados pela pesquisa qualitativa: o estudo de caso, a etnografia e a pesquisa documental. Nesse estudo em específico fez-se uso da análise de documentos.

O estudo de caso compreende o esmiuçar de um ambiente, de um sujeito ou de uma conjuntura em particular. Tem se tornado a modalidade preferida daqueles que procuram saber como e por que certos fenômenos acontecem ou dos que se dedicam a analisar eventos sobre os quais a possibilidade de controle é reduzida ou quando os fenômenos são atuais e só fazem sentido dentro de um contexto específico.

O método etnográfico envolve longo período de estudo em que o pesquisador passa a habitar uma comunidade e através do uso de técnicas de observação, contato direto e participação em atividades, desenvolve sua pesquisa.

A pesquisa documental é constituída pelo exame de matérias que ainda não receberam um tratamento analítico ou que podem ser reexaminados com vistas a uma interpretação nova ou complementar. Pode oferecer base útil para outros tipos de estudos qualitativos e possibilita que a criatividade do pesquisador dirija a investigação por focos diferenciados. Esse tipo de pesquisa permite o estudo de pessoas a que não temos acesso físico (distantes ou mortas). Além disso, os documentos são uma fonte não reativa e especialmente propícia para o estudo de longos períodos de tempo (GODOY, 1995).

Bardin (1977) trata da análise documental definindo-a como uma operação ou conjunto de operações que visa representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da original, a fim de facilitar, num estado ulterior, a sua consulta e referência.

Enquanto ao tratamento da informação tem por objetivo representá-la de outro modo, através de procedimentos de transformação.

A análise de documentos tem em comum com a análise de conteúdo a operação intelectual dos documentos, o recorte de informação, a divisão em categorias segundo o critério da analogia e a representação sob forma condensada por indexação, é idêntico à fase de tratamento das mensagens de certas formas de análise de conteúdo (BARDIN, 1977). Apesar das semelhanças existentes entre os dois tipos de análise, em relação ao documento, há diferenças essenciais que foram consideradas nesta pesquisa, por se tratar de uma análise de conteúdo de documentos em que se procurou avaliar o conteúdo das mensagens com o propósito de evidenciar os indicadores que permitem inferir sobre uma outra realidade que não a da mensagem, através da análise categorial temática.

Outra definição sobre método de pesquisa é a apontada por Demo (1985, p. 19) que afirma ser “a metodologia é uma preocupação instrumental. Trata das formas de se fazer ciência. Cuida dos procedimentos, das ferramentas, dos caminhos”. Conforme o autor, o objetivo da metodologia é abordar a realidade teórico-prática e para conseguir isto, buscam-se diversos caminhos.

Ao se percorrer estes caminhos, são apresentados os procedimentos metodológicos utilizados como fonte de orientação do trabalho. Segundo Turato (2004) a pesquisa qualitativa costuma ser direcionada ao longo de seu desenvolvimento, obtendo dados descritivos de uma situação ou fenômeno, o que envolve o contato direto do pesquisador com a situação estudada.

Eizirik (2003) afirma que a pesquisa qualitativa está inserida em paradigma de ciência que admitiria a presença de múltiplas realidades sem, contudo, haver a necessidade de se constatar conjectura antecipada de um construto e de resultados generalizados, bem como, a busca de uma relação causal entre fenômenos.

Como qualquer atividade humana, a pesquisa qualitativa é um exercício e uma experiência que adquire tanto mais significado quanto maior for a dedicação e o cultivo de seus aportes, tanto para a produção de conhecimento que leva em conta as relações intersubjetivas, como para o aprofundamento de aspectos do mundo real que necessitam de um mergulho intensivo, mais que um olhar extensivo (EIZERIK, 2003, p.29).

A pesquisa qualitativa apesar das dificuldades apresentadas na coleta e análise dos dados, devido ao grande número de aspectos que envolvem o fato estudado, é capaz de apreender o caráter complexo do fenômeno em sua manifestação natural.

Para a apreensão dos dados que envolvem o fenômeno estudado fez-se uso dos seguintes meios: pesquisa bibliográfica e de campo. Bibliográfica, porque foram utilizados livros clássicos e contemporâneos, bem como periódicos e anais de congressos, impressos e eletrônicos, no intuito de se fazer um levantamento e revisão da literatura pertinente, através de artigos em periódicos, dissertações e teses sobre o assunto, pesquisados em bases de dados como Bireme, Scielo e Google Acadêmico, através das seguintes palavras chaves família, abrigo e destituição do poder familiar.

Andrade (2001, p. 39), ressalta que esta etapa do trabalho é de grande importância, uma vez que:

Uma pesquisa de laboratório ou de campo implica, necessariamente, a pesquisa bibliográfica preliminar (...) Ela é obrigatória na pesquisa exploratória, na delimitação do tema de um trabalho ou pesquisa, no desenvolvimento do assunto, nas citações, na apresentação das conclusões.

A pesquisa é também apontada como de campo, porque se vale de técnicas com o objetivo de coletar e assinalar, de maneira ordenada, os dados acerca do estudo (ANDRADE, 2001). A pesquisa de campo tem sido muito utilizada por pesquisadores que procuram responder questões relacionadas ao “como” e ao “por que” certos acontecimentos ocorrem; visa analisar, intensivamente, uma dada unidade social, e aprofundar a descrição de um determinado fato, sendo que o pesquisador “vai a campo”, a fim de captar o fenômeno em estudo a partir da perspectiva de pessoas nele envolvidas (GODOY, 1995).

## **2.2 Ambiente: histórico e funcionamento**

A pesquisa teve como campo o abrigo Espaço de Acolhimento Provisório Infantil (EAPI), o mesmo tem por nome fantasia Abrigo Começo Feliz, o que se deve ao fato de ocupar as antigas instalações de uma creche que ali funcionava e assim era denominada. A instituição é mantida pelo Governo do Estado e é responsável por promover o acolhimento provisório de crianças que se encontram em situação de risco social e estejam dentro da faixa etária de 0 a 6 anos. Atualmente está sob a coordenação da Secretaria de Estado de Assistência e Desenvolvimento Social-SEDES, localizado no Conjunto Satélite, WE 8, s/n,



bairro do Coqueiro. A manutenção do abrigo se dá através de recursos do governo estadual, tendo como principais custos folha de pagamento dos funcionários, alimentação, vestuário, material de higiene pessoal, medicamentos, material de limpeza e manutenção de equipamentos e das instalações físicas do prédio, recebe também contribuições materiais e financeiras de pessoas físicas e jurídicas (CAVALCANTE, 2006).

De acordo com informações coletadas na instituição o abrigo passa por uma reforma desde o ano de 2005 com várias pausas, sob a alegação por parte das empresas contratadas dos contratos não estarem sendo cumprido, o que ocasionou em novos processos de licitação em que várias firmas assumiram o andamento da obra. Ao iniciar a pesquisa em agosto de 2010 o abrigo encontrava-se em meio a essa reforma para cumprimento do projeto arquitetônico idealizado para o abrigo, em que novos espaços estavam sendo criados. Em novembro de 2010, fase de encerramento das visitas ao abrigo, à obra foi entregue e dada como concluída, porém nem todos os espaços contemplados pelo projeto foram construídos como é o caso da sala de estimulação para bebês e sala para monitoria e coordenadores.

Com a reforma os espaços já existentes foram reformados e novas instalações construídas, sendo o ambiente físico do abrigo composto da seguinte forma: uma recepção, uma secretaria administrativa, uma secretaria da criança, um almoxarifado, uma sala para os técnicos, sala da gerência, um consultório médico, uma sala para atendimento psicológico, uma sala de atendimento social, uma cozinha, uma dispensa para alimentos, um refeitório infantil, um refeitório adulto, uma lavanderia, sete dormitórios, dois fraldários, um lactário, uma brinquedoteca, uma sala de TV e vídeo, um playground, uma piscina, um quintal, três sala de atividades pedagógicas, uma sala de reforço escolar.

Os dormitórios são divididos por faixa etária para uma melhor acomodação e atendimento das demandas específicas de cada idade, sendo as crianças agrupadas da seguinte forma: no Dormitório 1 bebês de 0 a 6 meses; Dormitório 2 bebês de 6 meses a 1 ano; Dormitório 3 crianças de 1 a 2 anos; Dormitório 4 crianças de 2 a 3 anos; Dormitório 5 crianças de 3 a 4 anos; Dormitório 6 crianças de 4 a 5 anos; Dormitório 7 crianças de 5 a 6 anos. Vale ressaltar que os dormitórios são chamados de D1, D2 e assim sucessivamente, apesar de serem nomeados e decorados com os personagens da turma da Mônica, a brinquedoteca também possui o nome de um dos personagens. Segundo informações obtidas no abrigo a denominação se deve ao fato da decoração dos dormitórios terem sido uma doação de pessoa física, ficando a escolha do tema a encargo do doador.

O abrigo não possui em suas instalações todos os espaços necessários ao seu funcionamento, tem assim que fazer uso de serviços e instalações existentes no próprio bairro

como: escolas, postos de saúde, praças, dentre outros. Atividades culturais e esportivas, oficinas recreativas e reforço escolar são realizadas na própria instituição, assim como assistência psicológica, social, jurídica, médica, e religiosa, embora haja uma contrapartida de entidades e profissionais não vinculados ao abrigo. Somente os serviços odontológicos, quando prestados, são realizados por profissionais e em espaços externos à instituição (CAVALCANTE, 2006).

O abrigo possui capacidade de acolhimento para até 50 crianças, no decorrer do ano de 2010 a média de atendimento/mês ficou entorno de 60 crianças, no mês de novembro (mês de encerramento da coleta de dados) haviam 51 crianças abrigadas. Os cuidados diários para com as crianças ficam a encargo das monitoras, são profissionais concursadas com ensino médio completo, formação mínima exigida para ocupação do cargo, até a data de encerramento da pesquisa o quadro estava composto por 80 monitoras. Há uma média de 8 crianças por dormitório, a divisão das monitoras nos dormitórios é de acordo com uma escala feita semanalmente, em que são divididas por turno.

À assistência técnica (psicológica e social) prestada as crianças passam pelo mesmo manejo de divisão, sendo que estas são direcionadas aos profissionais a partir do dormitório do qual fazem parte. Há atualmente duas psicólogas no abrigo, têm-se assim a seguinte divisão: três dormitórios e meio sob a responsabilidade de cada técnica. Em outubro de 2010, foram transferidas três assistentes sociais da instituição, que ocasionou em uma redução no quadro de técnicas de sete para quatro, o que acarretou na distribuição de dois dormitórios para cada e as crianças de um dos dormitórios foram divididas entre as técnicas, a partir de então cada criança que for abrigada ficará a encargo da técnica de referência do dormitório ao qual a criança for encaminhada. O atendimento a criança e seus familiares é prestado pela técnica de referência do dormitório do qual faz parte, esta ou sua família só será atendida por outro profissional caso a técnica de referência não esteja na instituição no momento.

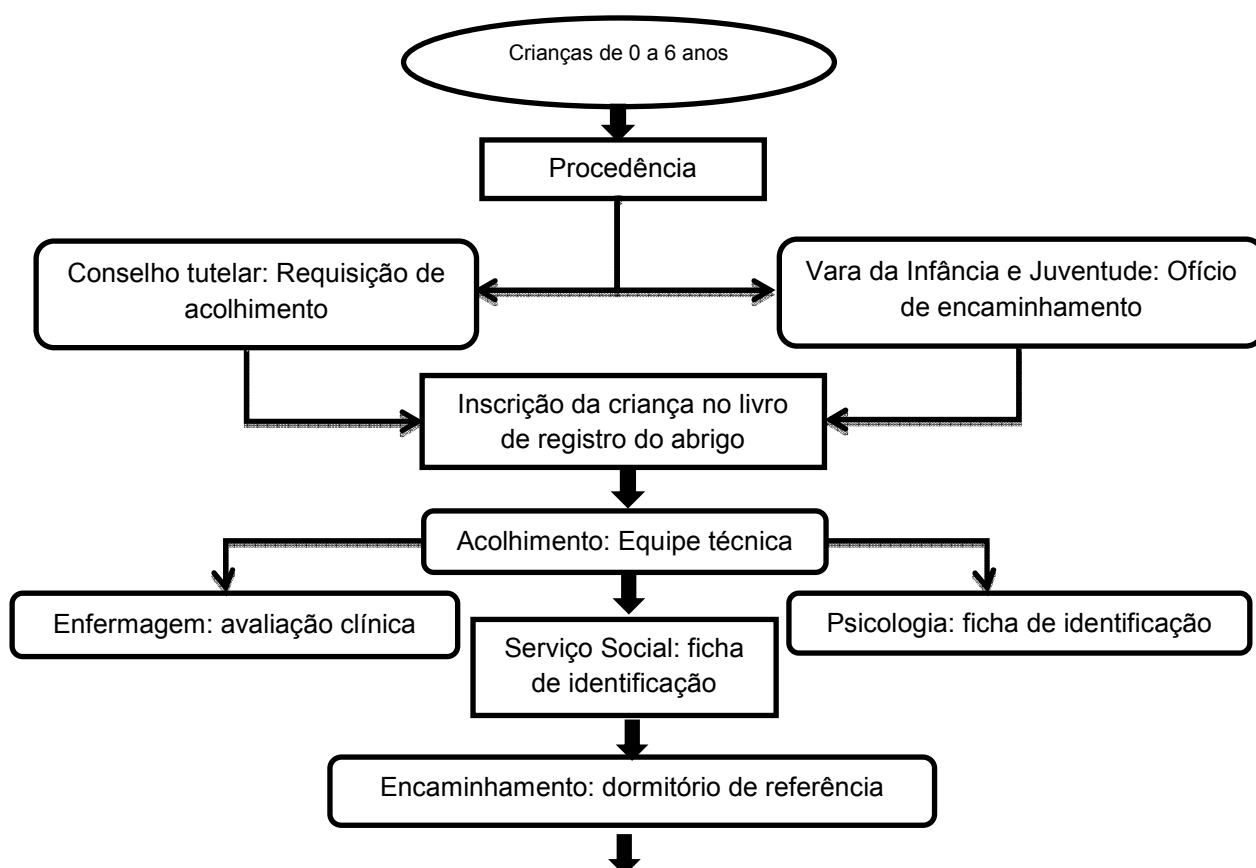
Desde junho de 2010 o abrigo tem em seu quadro funcional, servidores lotados tanto pela FUNCAP – Fundação da Criança e do Adolescente do Pará, quanto pela SEDES – Secretaria de Desenvolvimento Social, havendo, portanto, duas folhas de pagamento. O quadro de funcionários está composto pelos seguintes cargos: Monitores (80); Pedagogo (1); Psicólogo (2); Assistente Social (4); Enfermeira (1); Nutricionista (1); Medico (1); Auxiliar de enfermagem (4); Motorista (3); Agente administrativo (4); Costureira (1); Servente (2); Agente de portaria (4); Agentes de artes práticas (18); Agente de serviços complementares (1); Atendente de enfermagem (1); Servente (2). A carga horária é bem distinta entre os

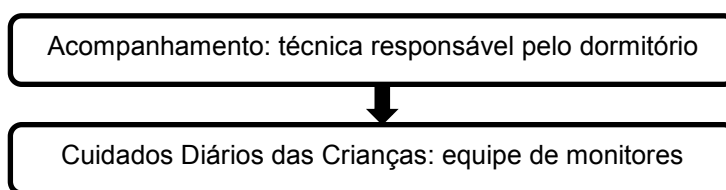
diferentes cargos e varia de acordo com os horários de entrada e saída, com dos plantões noturnos programados no decorrer da semana e com feriados.

Os dados pesquisados foram colhidos na secretaria da criança e a circulação da pesquisadora restrita a essas instalações, por vezes fez necessário transitar por outros espaços como Secretaria Administrativa, em decorrência da reforma pela qual o abrigo passava no momento. Nem sempre era possível coletar os dados no mesmo ambiente; pois além das instalações passarem por reformas, naquele momento, havia também a necessidade de adequação aos horários e disponibilidade da pessoa encarregada por supervisionar o manuseio dos documentos.

A escolha do local para o desenvolvimento da pesquisa se deu em decorrência da participação em grupo de pesquisa o LADDS – Laboratório de Desenvolvimento, que desde 2006 vem desenvolvendo pesquisas no abrigo e partir da participação da pesquisadora em atividades no abrigo, foi possível perceber que dentre as pesquisas ali realizadas a família ainda não fora abordada enquanto eixo temático, o que levou a escolha do tema e do local. Para uma melhor visualização acerca do processo de acolhimento da criança, foi criado um fluxograma, que apresenta desde a procedência dos encaminhamentos até os cuidados diários recebidos pela criança após seu acolhimento.

#### Fluxograma de Entrada da Criança





Descrição: O Espaço de Acolhimento Provisório Infantil – EAPI acolhe crianças de 0 a 6 anos de idade, as quais vêm encaminhadas através do Conselho Tutelar, por meio de uma requisição de acolhimento, e da Vara da Infância e Juventude, através de um ofício. De acordo com informações obtidas no abrigo, através da secretaria da criança, nas requisições do Conselho Tutelar devem constar o nome, endereço e telefone dos genitores, bem como o motivo do abrigamento, porém na maioria das vezes estas não vêm com todos os dados, ficando a encargo do abrigo a busca por informações a cerca da criança e seus familiares. Ao chegar ao abrigo a criança é inscrita em um livro de registro, no qual são anotados dados como: data de nascimento, data de entrada, filiação e procedência, vale ressaltar que esse registro é feito pela secretaria da criança, local onde são arquivados os prontuários com os documentos referentes às crianças ali abrigadas. A partir de então o acolhimento, da criança, é feito pela equipe técnica do abrigo, podendo assim ser acolhida pelo setor de enfermagem, onde haverá o preenchimento de uma ficha de avaliação clínica e pelos setores de psicologia ou serviço social, com o preenchimento de uma ficha de identificação da criança, o modo ou o setor por quem a criança será acolhida dependerá do seu horário de chegada à instituição, pois cabe ao técnico de plantão fazer o devido acolhimento, entende-se aqui por acolher o ato de encaminhar a criança ao dormitório de referência e preencher as devidas formalidades burocráticas da prática de institucionalização. Após o encaminhamento da criança ao dormitório de referência, determinado por sua faixa etária, a mesma e seus familiares serão acompanhados pelo responsável técnico do dormitório. Os cuidados diários para com as crianças, como higiene e alimentação, são realizados pela equipe de monitoras. As informações aqui transcritas foram obtidas a partir de observações e questionamentos feitos a funcionários durante o período de coleta de dados, as quais foram anotadas em um diário de campo.

### 2.3 Documentos

Os documentos que compõem os prontuários das crianças abrigadas, cuja família teve o poder familiar destituído, foram o objeto de estudo da pesquisa, até o período de

desenvolvimento da pesquisa existiam três prontuários, que atendiam ao requisito de destituição do poder familiar, os quais foram pesquisados e identificados como A, B e C. Vale ressaltar que a apresentação dos prontuários nessa ordem não representa uma classificação por cronologia de maior tempo de abrigamento ou a família que primeiro teve o poder familiar destituído, e sim pela ordem que estes foram sendo apresentados a pesquisadora.

Grande parte dos documentos encontrados nos prontuários foram produzidos pela instituição de abrigo, mas há também aqueles encaminhados pelo Juizado da Infância e Juventude, como o documento denominado de Estudo Sócio-Psico-Pedagógico, as Sentenças de Destituição do Poder Familiar, os Termos de Compromisso de Guarda Provisória e as Certidões de Guarda Provisória, há também os documentos produzidos pelo Conselho Tutelar que geralmente resumem-se a Requisição de Acolhimento, exceto no prontuário B, que consta um ofício encaminhado ao abrigo, para informar as condições de moradia atual em que se encontrava uma das crianças que fora abrigada pela instituição.

#### **QUADRO 1: Lista de documentos usados no EAPI.**

<b>DOCUMENTOS</b>	<b>CONTEÚDO</b>
Guia de Acolhimento	Documento de cadastro de crianças e adolescentes abrigados, feito pelo Conselho Nacional de Justiça.
Avaliação de Saúde	Relatório do estado de saúde da criança, realizado pelo setor de enfermagem.
Ficha de Identificação da Criança	Ficha preenchida no EAPI que contém as seguintes informações: dados pessoais dos pais e da criança, situação jurídica, escolaridade, motivo principal do abrigamento, situação dos pais, determinação do abrigamento, vínculo familiar, serviços assistenciais oferecidos ao abrigado, programas e serviços assistenciais oferecidos à família.
Ficha de Abordagem Familiar	Contém dados como: identificação do genitor, situação familiar, escolaridade, condições de saúde, documentação civil, assistência religiosa, habilidades e aptidões dos pais, quadro de composição familiar.
Ficha de Visita Domiciliar	Ficha preenchida no momento da visita contém as seguintes informações: dados pessoais, situação habitacional, equipamentos e utensílios domésticos, observações gerais sobre as condições de habitabilidade, objetivo da visita, situação identificada, encaminhamentos.
Relatório de Visita Domiciliar	Documento que descreve a visita feita à casa do(s) genitor(es) da criança.
Folhas de Registro de Atendimento Técnico	Ficha onde são registrados os atendimentos realizados, pelos técnicos, com as crianças e com as famílias.
Ficha de Evolução	Documento que consta os registros de atendimento.
Evolução de Enfermagem	Documento em que consta os atendimentos realizados pela equipe de enfermagem.
Ficha de Avaliação Individual da Criança	Ficha preenchida na brinquedoteca onde constam informações acerca da criança como: dados pessoais, aspectos cognitivos, aspectos sócio afetivo e emocional, comunicação.
Ficha de Acompanhamento do Desenvolvimento	Quadro com uma relação de itens a serem observados relacionados ao desenvolvimento motor e a comunicação, o mesmo, possui uma legenda com sim, não e não observado.

Ficha de Esquema Alimentar	Ficha com dados pessoais da criança e dieta alimentar recomendada pelo(a) nutricionista.
Mosaico Familiar	Estudo sobre o atendimento de crianças institucionalizadas.
Relatório Informativo	Documento composto pelos seguintes itens: dados de identificação da criança, situação jurídica, e relatório social.
Relatório Social	Documento escrito por técnicos (Assistente Social, Psicólogo, Aux. de Enfermagem, Nutricionista, Pedagoga) da instituição contendo os seguintes dados: identificação da criança, filiação, endereço, situação jurídica, histórico de atendimento institucional, acolhimento, histórico socioeconômico familiar, aspectos psicológicos, avaliação pedagógica, avaliação de saúde, avaliação nutricional, encaminhamentos, anexos, considerações finais e parecer técnico.
Relatório Técnico	Documento em que constam informações acerca da criança e sua família, escrito pela equipe técnica da instituição, de forma resumida.
Termo de Responsabilidade	Termo assinado pela pessoa responsável pela retirada da criança do abrigo.
Termo de Compromisso de Guarda Provisória	Documento emitido pelo Tribunal de Justiça do Estado através da 1ª Vara da Infância e Juventude, o qual autoriza ao requerente o direito a guarda provisória.
Estudo Sócio psicopedagógico	Documento emitido pelo Setor Social do Tribunal de Justiça do Estado no qual consta identificação da criança, Endereço dos genitores, procedimentos realizados para execução do estudo, laudo sócio-psico-pedagógico e parecer interdisciplinar.
Programa de Atendimento para o Cumprimento do Currículo Mínimo Obrigatório	Ficha de acompanhamento das atividades realizadas pela criança em áreas como: educação, esporte e lazer e acompanhamento à família, onde são registradas a data e a atividade.
Certidão de Guarda Provisória	Documento emitido pelo Tribunal de Justiça do Estado através da 1ª Vara da Infância e Juventude, o qual certifica o direito dos requerentes sobre a criança em questão.
Guia de Desligamento	Documento do poder Judiciário do Estado que contém os seguintes dados: identificação da criança, dados pessoais dos pais ou responsável, dados do desligamento e despacho da autoridade judiciária.
Encaminhamentos	Documentos de solicitação de atendimento na rede de saúde pública ou participação em Programas da FUNCAP ou de Serviços de Assistência Social oferecidos à Família.
Sentença de Suspensão do Poder Familiar	Documento emitido pelo Poder Judiciário através do Tribunal de Justiça do Estado. Para destituição do poder familiar.

**Fonte: Prontuários do abrigo EAPI.**

Todos os documentos encontrados nos prontuários encontram-se listados e descritos, segundo a compreensão da pesquisadora sobre os mesmos. Foram produzidos também dois outros quadros, Quadro 2 com a relação dos documentos encontrados em cada prontuário

separadamente e o Quadro 3 no qual constam os documentos em comum entre os prontuários A, B e C.

**QUADRO 2: Relação de documentos das crianças identificados nos prontuários.**

<b>PRONTUÁRIO</b>	<b>DOCUMENTOS</b>
2 IRMÃOS (A)	Guia de Acolhimento; Ficha de Identificação da Criança; Certidão de Nascimento; Folhas de Registro de Atendimento Técnico; Avaliação de Saúde, Ficha de Avaliação do Desenvolvimento; Ficha de Avaliação Individual da Criança; Ficha de Abordagem Familiar; Ficha de Visita Domiciliar; Relatório de Visita Domiciliar; Programa de Atendimento para o Cumprimento do Currículo Mínimo Obrigatório; Relatório Social; Termo de Responsabilidade; Encaminhamento ao Ministério Público; Encaminhamento ao Hospital Aberlado Santos; Encaminhamento ao Cartório de Ofício de Icoaraci, Encaminhamento ao Posto de Saúde de Outeiro; Encaminhamento ao CRAS; Encaminhamento ao CAF – Escola da Família; Encaminhamento ao Hospital de Clínicas Gaspar Viana e Sentença de Destituição do Poder Familiar.
3 IRMÃOS (B)	Guia de Acolhimento; Ficha de Identificação da Criança; Certidão de Nascimento; Folhas de Registro de Atendimento Técnico; Ficha de Avaliação Individual da Criança; Ficha de Avaliação do Desenvolvimento; Ficha de Abordagem Familiar; Ficha de Visita Domiciliar; Ficha de Avaliação Pedagógica; Relatório Informativo; Relatório Social; Estudo Sócio-Psico-Pedagógico; Termo de Responsabilidade; Termo de Desligamento; Programa de Atendimento para o Cumprimento do Currículo Mínimo Obrigatório; Relatório do CAPS III; Encaminhamento ao PRO PAZ; Encaminhamento ao CAPS Icoaraci; Encaminhamento ao Hospital Aberlado Santos; Encaminhamento ao Hospital de Clínicas Gaspar Viana; Encaminhamento ao CRAS; Encaminhamento a Casa Mental do Adulto; Encaminhamento ao CAF – Escola da Família; Encaminhamento a Clínica Pediátrica do Pará; Encaminhamento ao Ministério Público; Encaminhamento ao Programa Direito de Ter Família; Relatório de Atendimento Psicológico CRAS – Outeiro e Sentença de Destituição do Poder Familiar.
4 IRMÃOS (C)	Guia de Acolhimento; Ficha de Identificação da Criança; Ficha de Abordagem Familiar; Ficha de Avaliação Individual da Criança; Certidão de Nascimento; Folhas de Registro de Atendimento Técnico; Ficha de Evolução; Termo de Responsabilidade; Programa de Atendimento para Cumprimento do Currículo Mínimo Obrigatório; Guia de Desligamento; Termo de Compromisso de Guarda Provisória; Certidão de Guarda Provisória; Ficha de Esquema Alimentar; Relatório Social; Plano Terapêutico de Dependência Química; Mosaico Familiar; Encaminhamento ao Programa Direito de Ter Família; Evolução de Enfermagem; Relatório Técnico.

**Fonte: Prontuários do abrigo EAPI.**

Os quadros foram construídos a partir da necessidade percebida no decorrer das análises de listar e descrever os documentos para uma melhor organização e compreensão da dinâmica de composição dos prontuários, sendo possível perceber que por vezes eles se repetem, ou seja, alguns documentos foram encontrados nos três prontuários, como a ficha de identificação da criança, o que passa a ideia de um protocolo a ser seguido, porém a ausência de documentos em um dos prontuários nos remete a concepção de desorganização ou descuido na confecção dos mesmos ou de que não haja necessariamente uma regra a ser seguida.

### **QUADRO 3: Documentos em comum encontrados nos três prontuários**

DOCUMENTOS PRESENTES NOS PRONTUÁRIOS A, B e C	Guia de Acolhimento; Ficha de Identificação da Criança; Folhas de Registro de Atendimento Técnico; Certidão de Nascimento; Relatório Social; Termo de Responsabilidade; Programa de Atendimento para o Cumprimento do Currículo Mínimo Obrigatório; Ficha de Abordagem Familiar; Ficha de Avaliação Individual da Criança.
DOCUMENTOS PRESENTES NOS PRONTUÁRIOS A e B	Ficha de Visita Domiciliar; ficha de Avaliação do Desenvolvimento; Encaminhamento ao Ministério Público; Encaminhamento ao Hospital Aberlado Santos; Encaminhamento ao CRAS; Encaminhamento ao CAF – Escola da Família; Encaminhamento ao Hospital de Clínicas Gaspar Viana e Sentença de Destituição do Poder Familiar.
DOCUMENTOS PRESENTES NOS PRONTUÁRIOS B e C	Guia de Desligamento; Encaminhamento ao Programa Direito de Ter Família.

#### **Fonte: Prontuário do abrigo EAPI**

Existem algumas questões éticas que foram cumpridas no decorrer da pesquisa, neste caso em específico não se fez necessário o uso do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), uma vez que se tem uma autorização, por escrito, do Juizado da Infância e Juventude, para realização de pesquisas no abrigo, o que assegura o uso dos documentos com fins de pesquisa, houve também uma autorização por parte da gerência para a consulta dos mesmos. Vale ressaltar que as informações colhidas nos documentos pesquisados foram tratadas com cautela para que não houvesse identificação de nenhum sujeito envolvido na



pesquisa, sendo estes apresentados através de um pseudônimo, no intuito de minimizar as possíveis coincidências com os nomes dos familiares ou das crianças abrigadas.

Como forma de correlacionar o motivo gerador do acolhimento às procedências efetivadas, foi construído um quadro observatório (vide a seguir) que contemplará a classificação do prontuário, a recorrência de entrada da criança acolhida, o motivo gerador do acolhimento e a procedência do encaminhamento, ou seja, qual o órgão que encaminhou a criança ao abrigo.

#### **QUADRO 4: Motivo do Acolhimento e Procedência**

<b>PRONTUÁRIOS</b>	<b>RECORRÊNCIA DE ENTRADA</b>	<b>MOTIVO ACOLHIMENTO</b>	<b>PROCEDÊNCIA</b>
Prontuário A	1 <sup>a</sup>	Violência doméstica	Conselho Tutelar
Prontuário B	1 <sup>a</sup>	Abuso sexual	Não consta
	2 <sup>a</sup>	Negligência	Conselho tutelar
	3 <sup>a</sup>	Estavam na rua	Conselho Tutelar
Prontuário C	1 <sup>a</sup>	Negligência	Conselho Tutelar

#### **Fonte: Prontuário do Abrigo EAPI**

No quadro 1, encontra-se documentos, encontrados nos prontuários, com informações técnicas sobre as crianças abrigadas, como é o caso das avaliações clínicas (médica, enfermagem, odontológica) e os documentos como certidão de nascimento, guias de acolhimento e outros que fazem parte de um preenchimento burocrático. Muitos desses documentos não foram utilizados como material de análise. Dentre os documentos analisados encontram-se relatório social, estudo sócio-psico-pedagógico, relatório de visita domiciliar, relatório informativo, relatório técnico, ficha de identificação da criança, ficha de visita familiar e ficha de abordagem familiar.

De acordo com Fávero (2010) existem alguns procedimentos e instrumentos, que subsidiam a avaliação da dinâmica dos processos sociais que constituem o viver dos sujeitos, que revelam a totalidade do sujeito social. Estes fazem parte de uma metodologia de trabalho de domínio específico e uso exclusivo do assistente social.

Dentre esses procedimentos e instrumentos estão: o estudo social que tem por finalidade conhecer com profundidade, e de forma crítica, uma determinada situação ou expressão da questão social, objeto da intervenção social; a perícia social definida como estudo e parecer cuja finalidade é subsidiar uma decisão, via de regra, judicial. É realizada por meio do estudo social e implica na elaboração de um laudo e emissão de um parecer; o relatório social que é a apresentação descritiva e interpretativa de uma situação social e tem por finalidade informar, esclarecer, subsidiar, documentar um auto processual relacionado a alguma medida protetiva ou socioeducativa; o laudo social que é utilizado no meio judiciário como elemento de prova, com a finalidade de dar suporte a uma decisão judicial e o parecer social definido como exposição e manifestação, sucinta, que enfoca uma situação social analisada e referenciada em fundamentos teóricos, éticos e técnicos, inerentes ao serviço social, de caráter conclusivo ou indicativo (FÁVERO, 2010).

Ao analisar os documentos, encontrados nos prontuários, pôde-se perceber que não consta nenhum laudo ou parecer social como suporte à decisão judicial de destituição do poder familiar. Dentre os instrumentos citados por Fávero (2010), apenas o relatório social aparece em todos os prontuários analisados e alguns destes constituídos de forma distinta da indicada pela autora, pois segundo esta o relatório social deve, via de regra, conter o objeto de estudo, os sujeitos envolvidos, finalidade a qual se destina, um breve histórico, desenvolvimento e análise da situação.

No prontuário B constam três documentos nomeados de relatório social, em que um contempla as normas citadas pela a autora, os demais apresentam apenas os sujeitos envolvidos, situação sócio-econômica familiar e parecer técnico, descritos em duas folhas. Nos demais prontuários os relatórios estão de acordo com as normas citadas acima.

## **2.4 Coleta de dados e diário de campo**

A priori fez-se necessário uma autorização por parte da gerencia da instituição para visitas ao abrigo, no intuito de promover uma ambientação tanto por parte do pesquisador quanto das pessoas que compõem aquele espaço. Foi apresentada a gerente do abrigo à carta do Comitê de Ética em Pesquisa, juntamente com o projeto de pesquisa, o qual foi avaliado e arquivado na instituição para eventuais consultas dos funcionários que tiverem interesse em saber mais sobre a pesquisa desenvolvida. Após autorização a coleta de dados foi efetivada na

Secretaria da Criança, local em que ficam arquivados os prontuários, a responsável por este setor, aqui chamada de Ana, ficou encarregada de acompanhar o manuseio dos documentos.

A princípio os documentos foram fotocopiados com o uso de uma máquina de xerox portátil, no entanto a mesma apresentou alguns problemas técnicos, sendo assim substituída por um scanner que também veio a apresentar defeitos no processo de digitalização, dessa forma passou-se a usar uma câmera digital para fotografar os documentos e em seguida digitaliza-los no computador, o que possibilitou a coleta de todos os documentos. Durante todo o processo de coleta de dados teve-se o cuidado de cobrir qualquer dado que pudesse identificar as crianças ou seus familiares, cumprindo dessa forma com as exigências por parte da gerencia. O período em que se deu todo processo de ambientação e coleta de dados foi de 31 de agosto de 2010 à 1º de outubro de 2010, os prontuários foram consultados em dias alternados, pois teve-se que se adequar aos horários de funcionamento da Secretaria da Criança, bem como a disponibilidade de Ana, responsável por acompanhar o manuseio dos documentos. Vale ressaltar que outras visitas foram realizadas ao abrigo após essa data, para colher informações acerca do funcionamento administrativo da instituição.

#### **2.4.1 Diário de campo**

Fez-se uso do diário de campo como um procedimento de registro dos caminhos percorridos pela pesquisadora durante o período de coleta de dados. Foram feitas anotações dos acontecimentos e das impressões acerca do local de pesquisa que também serviram de subsídio para análise dos dados posteriormente. Cada dia de visita ao local foi registrado como será demonstrado em seguida.

O contato com Ana, a pessoa responsável pela Secretaria da Criança, ocorreu no dia 02 de setembro, foi uma visita com o propósito de conhecer o espaço e seu funcionamento bem como combinar os horários em que a pesquisa poderia ser desenvolvida, durante a visita obtive informações acerca do processo de composição dos prontuários, como estes vão sendo montados a partir da entrada da criança na instituição. Segundo informações da Secretaria o primeiro registro da criança é feito pela equipe técnica (enfermeira, psicóloga ou assistente social) através do profissional que estiver de plantão no momento. Há uma segunda etapa que é o registro da criança no livro de entrada, onde são anotados dados pessoais como nome, endereço, data de nascimento, motivo do abrigamento, origem do encaminhamento e nome dos genitores. Outra fase desse registro são os prontuários de evolução, onde são feitas

anotações sobre os atendimentos realizados pela equipe técnica (assistentes sociais, psicólogas e pedagoga) às crianças e seus familiares, atendimentos estes realizados tanto na instituição quanto nas residências. A partir de então outros documentos, como os citados no quadro 1, logo acima, vão sendo anexados ao prontuário.

No dia 08 de setembro a pesquisadora retornou ao abrigo para dar início à coleta de dados, como havia sido acordado, porém não foi possível iniciar o trabalho, pois a sala destinada a Secretaria da Criança ainda estava em reforma, ficando agendado para o dia 10, a próxima visita, porém mais uma vez não foi possível iniciar a coleta devido à sala permanecer em reforma. Assim a pesquisa teve início no dia 13 de setembro de 2010, dia em que se teve contato, pela primeira vez, com os documentos. Deu-se início a busca pelos prontuários das crianças cujos genitores tiveram o poder familiar destituído, Ana, pessoa responsável por acompanhar a pesquisa, vasculhou os arquivos e constatou que haviam três prontuários que atendiam ao requisito de destituição do poder familiar, estes são bem extensos e neles se encontram vários documentos agrupados com datas distintas, pois os prontuários tem em média quatro anos de composição. Nesse dia o prontuário A começou a ser fotocopiado, não sendo concluído por a máquina de xerox apresentar um problema de configuração.

No dia 14 de setembro de 2010 deu-se continuidade a coleta de dados do prontuário A, utilizando-se dessa vez de outro recurso, scanner portátil, que também veio a apresentar problemas, não sendo possível mais uma vez concluir a coleta das informações, na saída do abrigo a pesquisadora se deparou com a cena de uma criança chorando copiosamente, no colo de uma mulher que chamava de tia, e perguntava por seu pai, sendo explicado a ela que este havia saído em busca dos documentos necessários para leva-la dali.

No dia 15 de setembro de 2010 o trabalho foi realizado nas acomodações da Secretaria Administrativa, pelo fato da Secretaria da Criança esta, novamente, sem condições de uso e para que a coleta de dados não fosse adiada mais uma vez. Neste dia foi lançado mão de um novo recurso, uma câmera digital, em que os documentos eram fotografados e posteriormente as imagens eram digitalizadas e armazenadas em um computador, sendo assim concluída a coleta de informações do prontuário A que tivera início no dia 13.

A sala da Secretaria Administrativa é bastante movimentada, frequentada por grande parte dos funcionários do abrigo e até mesmo por algumas crianças, que vez por outra, adentram o local. Uma das crianças a entrar na sala foi a menina que chorava no dia anterior para ir embora com seus familiares. A pesquisadora fora indagada por uma das funcionárias se no dia anterior ainda se encontrava no local quando a menina chorava para ir embora com sua família, ao responder que sim curiosamente questionou por que a criança ainda

permanecia ali, uma vez que, o pai havia ido atrás da documentação necessária para leva-la embora. A funcionária explicou que o pai havia ido ao Conselho Tutelar, em busca de uma autorização para levar a filha, ao invés de ir ao Juizado da Infância e Juventude, pois uma vez que a criança é abrigada somente o Juiz pode autorizar o seu retorno à família e que esse, às vezes, é um processo demorado. A pesquisadora continuou cheia de questionamentos como o motivo que levou aquela criança a ser abrigada, o por que dessas informações não terem sido repassadas ao pai, de como ele deveria proceder para reaver sua filha, qual a função da equipe técnica diante de tal situação, por que ninguém estava ali para auxiliar aquele pai? Porém todas essas perguntas permaneceram sem respostas, pois a pesquisadora conteve sua curiosidade e deu continuidade ao seu trabalho de coleta dos dados.

O retorno ao abrigo ocorreu no dia 22 de setembro de 2010, esse espaço de tempo de seis dias entre uma coleta e outra se deu em decorrência de Ana ter se ausentado da instituição para fazer um curso e os documentos não podiam ser manuseado sem sua presença. Nesse dia se deu início a coleta de dados do prontuário B, mais uma vez foi utilizado o espaço físico da Secretaria Administrativa, pois a Secretaria da Criança estava sendo usada por algumas técnicas em virtude da sala destinada a essas ainda não ter a reforma concluída. Com o uso da máquina digital o processo de armazenamento dos dados ficou bem mais rápido, possibilitando um melhor uso do tempo. A conclusão do prontuário não foi possível, pois Ana teve que ausentar-se, um pouco mais cedo, da instituição. A Secretaria Administrativa além do entra e sai constante, também é um local de muitos rumores, onde muitos comentários são feitos sem nenhuma reserva, a presença da pesquisadora parecia não causar nenhuma inibição.

No dia 27 de setembro de 2010, a coleta de dados foi realizada na Secretaria da Criança que se encontrava em condições e de uso e desocupada. Neste dia foi concluído o prontuário B, mas não foi possível iniciar a coleta de dados do prontuário C, ultimo prontuário a ser pesquisado, pois já estava no horário de saída de Ana, porém o trabalho fora bastante produtivo, uma vez que, o local é bastante tranquilo por não haver interrupções, ocasionadas por um entra e sai constante e burburinhos. Nesse dia a pesquisadora foi informada por Ana que Sabrina, uma funcionária da Secretaria Administrativa, estava sendo transferida para aquele setor, pois todas as vezes que precisava se ausentar os serviços da Secretaria da Criança ficavam praticamente parados, por não haver quem a substituísse. A pesquisadora então teceu o comentário de que, por muitas vezes, não se pôde dar prosseguimento a pesquisa, justamente, por não haver quem a acompanhasse e que tal fato não só facilitaria seu trabalho como contribuiria para o bom andamento da instituição.

Dia 1º de outubro foi o último dia de coleta dos dados, referente aos documentos que compõem os prontuários, como de costume ao chegar à instituição a pesquisadora foi em busca de Ana, para lhe auxiliar na pesquisa. Deu-se início a coleta de dados do prontuário C, o qual foi possível concluir no mesmo dia, pois além da nova forma de armazenamento dos dados, digitalização das imagens fotografadas, que deixou o processo mais rápido, Ana apresentava-se com tempo disponível para conclusão da coleta. Nesse dia Ana entregou, a pesquisadora, o prontuário C e permaneceu na sala da Secretaria da Criança só por alguns instantes, deixando a mesma sozinha com os documentos até o final da coleta, momento em que foi esperado que Ana retornasse para conferir os documentos do prontuário e devolvê-lo. Nesse dia a sala estava bastante movimentada, o que fazia lembrar o entra e sai da Secretaria Administrativa, o local estava sendo frequentado por algumas técnicas que demonstravam certo incomodo com a presença da pesquisadora ou com o fato de está manuseando aquilo que é fruto de seu trabalho, até que uma questionou o por que daqueles documentos estarem sendo fotografados, foi respondido a mesma que aquele trabalho fazia parte de uma pesquisa que havia sido iniciada no abrigo e que o projeto foi apresentado a gerência e permanecia na instituição, acessível a quem quisesse consulta-lo para obter maiores informações.

Nos dias 11 e 12 de outubro de 2010, foram colhidas informações acerca do ambiente, histórico e funcionamento administrativo do abrigo, essas foram coletadas na Secretaria Administrativa através de documentos como planilha de quadro de funcionários, planilha de carga horária entre outros e através dos relatos das pessoas que trabalham no setor, bem como da gerente da instituição. Esse procedimento foi realizado em dois dias, pois a obtenção das informações dependia da disponibilidade dos funcionários em liberar os documentos como em responder aos questionamentos. Foi montado um roteiro prévio, que serviu de guia, para que nenhum aspecto a respeito do abrigo deixasse de ser contemplado, porém à medida que os documentos eram apresentados e os relatos eram feitos muitas respostas foram antecipadas ou transformaram-se em novos questionamentos.

## **2.5 O método na prática**

A análise de conteúdo desenvolveu-se nos Estados Unidos, tendo como rigor científico a medida e como material conteúdos jornalísticos, após a Primeira Guerra Mundial esse estudo se amplifica com a análise de propagandas. H. Lasswell é o nome que ilustra a história da análise de conteúdo estudando-a desde 1915, com caráter investigativo. As ciências políticas ocuparam um lugar de destaque no desenvolvimento da análise de conteúdo

através da sistematização das regras para atender os interesses da investigação política, com intuito de desmascarar os suspeitos de propaganda subversiva (BARDIN, 1977).

No final dos anos 40-50 surge a definição de análise de conteúdo de Berelson, auxiliado por P. Lazarsfeld que resume bem as preocupações epistemológicas deste período que afirma “a análise de conteúdo é uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação” (BARDIN, 1977, p. 18). Neste período há uma busca obsessiva por rigor e objetividade que culmina por encobrir outras possibilidades.

Em 1977 Bardin publica sua obra *L' analyse de contenu*, na qual há uma configuração detalhada do método e que guia os estudos até os dias atuais. Nela Bardin afirma que a análise de conteúdo é compreendida como um conjunto de técnicas de pesquisa cujo objetivo é a busca do sentido ou dos sentidos de um documento. Bardin (1977) define a análise de conteúdo como sendo um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. Porém, a própria autora afirma que este conceito não é suficiente para definir a especificidade da técnica, acrescentando que a intenção é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção, inferência esta que ocorre a indicadores quantitativos ou não.

Há um debate metodológico entre a abordagem quantitativa e a abordagem qualitativa, em que para a primeira o que serve de informação é a frequência com que surgem certas características do conteúdo. Enquanto que na análise qualitativa o que é levado em consideração é a presença ou a ausência de uma dada característica de conteúdo ou de um conjunto de características num determinado fragmento da mensagem (BARDIN, 1977).

Desta forma, atualmente, a técnica de análise de conteúdo refere-se ao estudo tanto dos conteúdos nas figuras de linguagem, reticências, entrelinhas quanto dos manifestos. O método de análise de conteúdo é balizado por duas fronteiras: de um lado a fronteira da linguística tradicional e do outro o território da interpretação do sentido das palavras (hermenêutica).

É sob a fronteira da hermenêutica que os dados, desta pesquisa, foram analisados, em que os métodos são puramente semânticos, subdividindo-se em métodos psicológicos-semânticos, que pesquisam as conotações que formam o campo semântico de uma imagem ou enunciado, e em métodos semânticos estruturais, que se aplicam a universos psico-semânticos ou sócio-semânticos mais ampliados.

A análise de conteúdo dos documentos foi organizada em três fases, que consistem em três momentos definidos de pré-análise: a escolha dos documentos que serão analisados, a formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação. Após a escolha dos documentos fez-se necessário a *constituição de um corpus* que é o conjunto dos documentos que serão analisados. A segunda fase consistiu na exploração" do material que é a codificação, decomposição ou enumeração do que fora colhido na fase anterior. A terceira e última fase consistiu no tratamento dos resultados, momento em que se fez uma síntese e seleção dos resultados, obtidos nas fases que antecederam as inferências e interpretações dos dados (BARDIN, 1979).

Na pesquisa em questão os componentes das mensagens analisadas foram agrupados em categorias, ou seja, foi realizada uma operação de classificação de elementos de conjunto por diferenciação (categorias molares) e posteriormente um reagrupamento por gênero (categorias moleculares) a partir do critério da semântica, que implica no agrupamento das categorias por tema, algumas regras foram seguidas: Exaustividade (esgotar a totalidade do texto); representatividade (universo representado através da amostra); homogeneidade (os dados devem referir-se ao mesmo tema); pertinência (os documentos precisam adaptar-se ao conteúdo e objetivo da pesquisa); exclusividade (um elemento não deve ser agrupado em mais de uma categoria).

Para formação dessas categorias fez-se necessário o que Bardin (1979, p.96) denomina de leitura flutuante, ou seja, um primeiro contato com os documentos sem uma intenção classificatória para que então as hipóteses fossem constituídas em função de teorias da psicologia social, que embasaram as análises. A classificação das categorias se deu em decorrência de características em comum entre as unidades de registro, em que os elementos em comum foram isolados e depois organizados através de mensagens.

A Análise de Conteúdo é aplicada quando se busca ir além do que está aparente, além dos significados, da leitura simples do real (FEREIRA, 2007). A interpretação se dá através da similaridade entre as informações colhidas e a argumentação teórica, a partir de uma busca do que está velado, nos discursos relatados nos documentos, sob uma realidade aparente. A organização dos dados da pesquisa em categorias possibilitou essa investigação.

## **2.6 Formação das categorias**

A composição das categorias, a partir do agrupamento dos dados por tema, foi de fundamental importância para compreensão das análises dos resultados obtidos. Portanto aqui



são expostos os objetivos alcançados por meio das obras que embasaram as análises, pois sem estas não seria possível o desmontar dos documentos para ir além do que está visivelmente escrito.

A primeira categoria molar foi nomeada de “O olhar sobre a família”, a partir desta três categorias moleculares, também chamadas de subcategorias, foram formadas e denominadas como “Abordagem familiar: a compreensão acerca da estrutura familiar”; “Relato de visita: a visão sobre o ambiente” e “A compreensão técnica sobre a criança: fichas de identificação e avaliação”.

No âmbito institucional existem alguns instrumentos utilizados na abordagem da família, das crianças institucionalizadas, no intuito de se obter uma compreensão acerca de sua estrutura, ambiente e funcionamento, para que então a intervenção profissional esteja respaldada não só nas práticas discursivas institucionais, mas também por saberes produzidos e documentados. Há um empenho em reforçar a necessidade de controle sobre esse grupo social, tido como incapaz de cuidar-se já que isto se tornou tarefa para poucos, pois há sempre uma sobra a retirar ou um algo a mais a acrescentar. A partir dessa avaliação percebeu-se a necessidade de construção da categoria molecular denominada de “abordagem familiar: a compreensão acerca da estrutura familiar”.

A categoria molecular “relato de visita: a visão sobre o ambiente” também encontra-se relacionada a categoria global ou molar “o olhar sobre a família” pois o ambiente físico que a família habita recebe uma atenção especial na composição dos pareceres sobre a família, ou seja, interfere de maneira demasiada na construção desse olhar sobre a família da criança institucionalizada, durante as análise foi possível perceber que este, por vezes, é fator determinante do processo de institucionalização.

A terceira subcategoria “a compreensão técnica sobre a criança: fichas de identificação e avaliação”, dessa grande categoria molar, surgiu a partir da análise dos prontuários, em que foi possível constatar que grande parte dos documentos produzidos refere-se à criança, em que se observa a necessidade de identificação desta através das inúmeras catalogações feitas ao seu respeito. Em algumas dessas fichas quando os espaços em branco aparecem, são feitas anotações do tipo “responsável não soube responder” o que denota certa descredencialização dos pais neste momento, o que também contribui para o processo de destituição do poder familiar.

As fichas de avaliação tratam das inúmeras avaliações produzidas sobre a criança e o quanto estas, por sua vez, culminam por interferir no processo de destituição do poder familiar, pois quanto mais distante a criança se encontra dos parâmetros, para ela

estabelecidos, mais se reforça a ideia de uma desestruturação familiar interferindo no desenvolvimento desta criança.

A segunda categoria molar formada foi: “A destituição do poder familiar a partir do relato profissional”, que foi desdobrada em duas categorias moleculares ou subcategorias denominadas de: “Acompanhamento técnico à família: datas e registros” e “O processo de descredencialização através dos relatórios.”

Essa categoria surgiu a partir da análise dos prontuários no qual foi possível constatar que o conjunto de documentos, que compõem os prontuários, aponta para uma descredencialização dos pais em cuidar dos filhos, assim buscou-se aferir a maneira como o processo de destituição do poder familiar é constituído através dos relatos dos profissionais responsáveis por avaliar as famílias das crianças abrigadas.

A subcategoria “acompanhamento técnico à família: datas e registros” trata sobre os auxílios que são prestados às famílias durante todo o processo de abrigamento da criança, período também em que o poder familiar vai sendo destituído. Buscou-se avaliar, aqui, de que forma esse acompanhamento ou atendimento à família é feito, sendo possível averiguar que por muitas vezes este se resume ao registo de datas, em que algum membro de uma determinada família esteve na instituição, ou o registro dos encaminhamentos feitos a serviços da rede pública como CAPS (Centro de Atenção Psicossocial), CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) entre outros.

Na subcategoria “o processo de descredencialização através dos relatórios” foram analisados os relatórios sociais, um dos documentos mais completo encontrado nos prontuários, no sentido de ter maiores informações sobre as famílias e por conter em sua composição relatos de todos os profissionais técnicos (psicólogos, assistentes sociais, nutricionista, pedagoga, enfermeira) que atuam na instituição e que lidam direta ou indiretamente com os familiares das crianças abrigadas. Nesses relatos é possível constatar o processo de descredencialização das famílias e de que forma os saberes construídos a respeito dessas famílias vão montando todo o processo de destituição do poder familiar.

A partir do método de Bardin, foi produzida uma grade de análise para formação das categorias molares e moleculares. Esta grade por sua vez apresenta em sua distribuição duas colunas. A primeira coluna contém os documentos analisados e a segunda coluna o conteúdo destes documentos. Vale ressaltar que a ordenação dos mesmos na grade de análise nada tem a ver com sua importância, ocorrendo por opção da autora. Os conteúdos apresentados na grade seguem fielmente a fala dos interlocutores descrita nos prontuários.

## Grade de Análise

DOCUMENTOS	CONTEÚDOS
Relatórios Sociais	<p>Prontuário A: “a casa onde estavam era precária sem condições de habitabilidade”, “durante todo período de abrigo já residiram em quatro casas, todas eram sujas, desorganizadas e sem banheiro interno”, “constatamos tratar-se de um local desorganizado com chão de terra, odor fétido, equipamentos domésticos em péssimo estado de conservação”, “trata-se de uma casa suja, desorganizada, porém bem localizada”, “a técnica de enfermagem M.A. descreveu que J. estava bem, mas sem registro civil e carteira de vacina e que E. apresentava cicatrizes de escabiose e de modo geral estava bem, mas também sem registro civil e carteira de vacina”, “realizamos o primeiro atendimento psicossocial ao casal de genitores em nossas avaliações sistemáticas percebemos que se trata de pessoas ignorantes, com precárias condições de higiene sendo que a genitora apresentava ter distúrbios mentais”,</p> <p>Prontuário B: “a casa ainda encontra-se só no tijolo e o chão é batido”, “casa de madeira em condições precárias de habitabilidade”, “Foram encontrados na casa um armário contendo alguns pratos, talheres e panelas velhas, com um aspecto de sujeira...”, “a renda familiar é proveniente da venda de amendoins”</p> <p>Prontuário C: “genitor vende amendoim na orla de Icoaraci, trabalho informa”, “foram encaminhados para o programa Direito de Ter Família, para receber acompanhamento técnico e ajuda material devido a situação de vulnerabilidade social”, “residem em nova moradia composta de 2 cômodos de alvenaria e banheiro interno”</p>
Relatórios de Visita Domiciliar	<p>“casebre de madeira humilde, própria, contendo apenas um cômodo em condições precárias de habitabilidade” (prontuário A)</p> <p>“Percebemos que a casa é a última da rua, ficando distante de postos de saúde, escolas e área de lazer” (prontuário A)</p>
Registro de Acompanhamento Individual: área de atendimento à família	<p>Prontuário A: “04/11 atendimento ao genitor e sua atual companheira”, “05/12 visita do genitor”, “04/12 entrega do relatório social ao Ministério Público”, 19/04 contato telefônico com o Juizado de Icoaraci”, 12/05 visita domiciliar para os genitores” “19/06 visita dos genitores”, “09/07 o processo permanece no setor social do Fórum”, “18/12 estiveram no abrigo os genitores das crianças”</p> <p>Prontuário B: “26/05 visita da mãe das crianças”, “14/05 A assistente Social esteve no Ministério Público onde discutiu com o promotor a situação das crianças”, “14/08 crianças tiveram visita da mãe”, “18/09 receberam visita da mãe”, “15/10 receberam visita da mãe”, “09/07 solicitação do relatório sobre dados diagnósticos de doença mental da genitora”</p> <p>Prontuário C: “24/05 abordagem aos genitores”, “24/05 crianças receberam visita dos genitores”, “01/06 iniciamos contato com o abrigo Euclides Coelho” 04/07 mantido contato telefônico com Icoaraci” (relatos do prontuário C)</p>

Parecer Técnico	<p>Prontuário A: “A falta de vida em família, a dificuldade em receber atenção individualizada, os obstáculos ao desenvolvimento de atividades ou a expansão de tendências particulares a cada um, a submissão a disciplinas e a rotinas rígidas, o pouco contato com a comunidade são aspectos que opõem diametralmente as diretrizes a serem seguidas para que ocorra um desenvolvimento sadio da criança”. “Nesta situação, o abrigo surgiu como uma solução, para as graves dificuldades enfrentadas, um lugar onde as crianças encontrarão proteção, alimentação e educação capaz de proporcionar um ambiente superior, “melhor” do que o seu meio de origem.”</p> <p>Prontuário B: “Considerando a necessidade e o direito das crianças de conviverem em família/comunidade conforme Art. 19 do ECA somos favoráveis que seus genitores sejam destituídos de seu poder familiar e colocados em família substituta.”</p> <p>Prontuário C: “institucionalizar as crianças não é a melhor solução, pois privar-lhes de um convívio afetoso , mais personalizado, que permita uma intimidade e uma cumplicidade, somente possíveis em uma relação familiar. Assim esta equipe é de parecer favorável que a promotoria inicie os procedimentos para a Destituição do poder familiar, para que as crianças sejam colocadas em família substituta.”</p>
Ficha de visita domiciliar	<p>Prontuário A: “moradia própria, de madeira, 1 cômodo, banheiro externo, iluminação elétrica”, “utensílios: fogão” “casa de madeira em condições precárias de habitação”, “objetivo: detectar condições de habitação para as crianças”, “a casa possui péssima higiene, o piso é de terra e com móveis aglomerados”, “a família mora de favor na casa de um amigo há duas semanas e estão comprando uma casa”</p> <p>Prontuário B: “moradia própria, de alvenaria, três cômodos, banheiro interno, iluminação elétrica, água encanada.”, “Utensílios: fogão, geladeira, televisão, cama e guarda-roupa”, “residência de alvenaria, não terminada, em fase de acabamento, piso de chão”, “objetivo: discutir alternativas junto à família para retorno das crianças ao convívio familiar”, “o sustento da família é mantido pelo trabalho de biscates do pai”.</p> <p>Prontuário C: não consta.</p>

Fichas de Abordagem Familiar	<p>Prontuário A: “moram de favor na casa de um amigo”, “pai e mãe analfabetos”, “não estudam por dificuldade financeira e de localização”, “pai fuma e ingeri bebida alcoólica”, “católicos não praticantes”, “pai trabalha como vendedor de picolé”</p> <p>Prontuário B; “sem moradia”, “escolaridade: 2º ano do ensino médio”, “doenças atuais; hanseníase”, “recebe dinheiro de benefício da doença que herdou do pai (hanseníase)”</p> <p>Prontuário C: “residem em um cômodo de madeira”, “afirmam que usam substâncias tóxicas em algumas ocasiões, ingerem bebida alcoólica”, “referem vez ou outra frequentarem igreja evangélica”, “a Srª L. trabalha somente em cas e o seu companheiro em pequenos biscates”.</p>
------------------------------	--

### 3 O OLHAR SOBRE A FAMÍLIA

O termo família possui várias definições, tanto no senso comum quanto nos escritos científicos. Amora (1997, p. 296) concebe a palavra família como “conjunto de todos os parentes de uma pessoa”. Pode-se apontar, ainda, como significado da palavra família grupo de pessoas com laços sanguíneos que vivem em geral na mesma casa, composta comumente pelo pai, a mãe e os filhos, ou ainda, pessoas de mesma ascendência, linhagem ou raça.

Em termos legais a família é concebida como a base da sociedade e deve ser protegida pelo Estado de forma especial, de acordo com o que versa a Constituição de 1988. A família é compreendida nessa carta como uma das instituições sociais básicas, levando-se em conta sua composição alicerçada nas relações parentais. As diversas formações familiares tornaram-se alvo de estudos nas mais diversas áreas, sendo esta geralmente apontada como artefato principal não apenas para a “continuidade da espécie”, mas também para a proteção e a socialização de seus componentes.

Para Minuchin (1990) o termo família significa a primeira união social da qual se faz parte, esta é capaz de influenciar e ser influenciada por pessoas e instituições. É também definida como conjunto de pessoas, ou grupos domésticos ligados por descendência (demonstrada ou estipulada) a partir de um ancestral comum, matrimônio ou adoção. O autor, então, define família como a categorização invisível de exigências funcionais que organiza a interação dos membros da mesma, considerando-a, igualmente, como um sistema, que opera através de padrões transacionais.

A partir da teoria sistêmica, entende-se que é no interior da família que os indivíduos constituem seus subsistemas, os quais podem ser formados pela geração, sexo, interesse e/ou função, havendo diferentes níveis de poder, no qual os comportamentos de um membro afetam e influenciam os outros membros. A família como unidade social, enfrenta uma série de tarefas de desenvolvimento, que se diferenciam a nível dos parâmetros culturais, mas que possuem as mesmas raízes universais (MINUCHIN, 1990).

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 em seu capítulo VII, art. 226, § 3º e 4º promulga que:

Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento. Entende-se também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.

Os conceitos de família que outrora a definiam não são os mesmos de hoje, pois em decorrência das transformações, tanto cultural, como social, pelas quais passam-se constantemente, as relações vão se alterando e assim formam uma nova realidade. Numa ideia geral tem-se como família a relação constituída por um homem e uma mulher, concebida como uma instituição que tem a proteção do Estado. O que não exclui outras possibilidades de composição de família, além daquela constituída pelo casamento.

Dentre os estudos que tem como temática as famílias contemporâneas e suas composições, são discutidos as várias formações como as famílias monoparentais, que são compostas por um único genitor com filhos, inserindo-se, nessa categoria, as mulheres chefes de família e as famílias monoparentais masculinas. Outra possibilidade de arranjo é a família conjugal que é aquela formada com o casamento, como também pela união estável, namoro, concubinato ou por uma união homossexual.

Diante de conceitos teóricos de reafirmação da família, da sua importância enquanto instituição social que protege e socializa seus membros, e que por ocupar esse lugar de *célula mater* da sociedade deve está sob constante avaliação quanto ao cumprimento de seu papel, foi que surgiu a primeira Categoria molar, “O olhar sobre a família”, mediante a análise dos discursos produzidos, através dos documentos, pela instituição de abrigo. Quer-se denotar com essa categoria a forma como a família, da criança institucionalizada, é vista e avaliada pelos profissionais que formam a equipe técnica do abrigo e o quanto essas avaliações contribuem favorável ou desfavoravelmente para o processo de destituição do poder familiar.

A partir das análises dos conteúdos dos discursos produzidos nos documentos, foi possível perceber uma intensa preocupação em se avaliar a família, para uma classificação, em comparação aos modelos familiares científico e socialmente aceitos. Mas qual seria a imagem ideal que uma família precisaria atingir, sob o olhar dos profissionais, para que tenha uma avaliação favorável mediante um processo de destituição do poder familiar? Seria possível uma avaliação favorável à família que já se encontra em processo de destituição do poder familiar?

Ao analisar os prontuários percebe-se que o modelo, a imagem ou ideal de família são pautados em um conceito subjetivo de família, parece haver uma busca por encontrar uma representação do arquétipo familiar burguês e uma vez iniciado o processo de destituição as avaliações culminam por corroborar a desqualificação dos genitores enquanto pais.

Alguns trechos de relatos, encontrados nos documentos, demonstram certa necessidade do profissional em enfatizar a realidade, capturada pelo seu olhar, como demonstra o trecho de um relato de visita do prontuário A, que além de apontar as condições de pobreza em que a família se encontra, como a ausência de utensílios domésticos e estrutura física residencial de má qualidade, ressalta “percebemos que a casa é a última da rua”, ou seja, não bastasse todas as faltas materiais, a família ainda ocupa o último lugar de um espaço sem condições de habitabilidade.

Percebe-se uma preocupação em não deixar qualquer margem de argumentação frente a sua análise, ao seu olhar sobre a família, o que demonstra um posicionamento tendencioso. O relato de visita domiciliar apresentado no prontuário A, aponta somente as ausências ocasionadas por um desfavorecimento econômico da família, como é possível observar nesses trechos “A residência dos genitores das crianças fica em área de várzea, um igarapé nas proximidades, cercada de árvores, passando por pontes e caminhos alagados feitos de toros de açai”. “Encontramos na casa apenas um fogão velho, pratos, copos e redes em péssimas condições de conservação”.

As situações imprevistas que levam os projetos familiares a serem constantemente refeitos e à criação das inúmeras estratégias de sobrevivência da família pobre urbana, são vistos como incompetência, bem como, são apontados como a causa motivadora da tão conclamada “desestrutura” familiar. A família é concebida a partir das ausências, acima citadas, que a cercam (SARTI, 2007).

Aceita-se, irrefletidamente, um modelo imposto pelo discurso das instituições, da mídia e até mesmo de profissionais, que é apresentado não só como o jeito “certo” de se viver em família, mas também como um valor. Isto é transmitido e captado, o discurso implícito de incompetência e de inferioridade, referindo-se àqueles que não conseguem viver de acordo com o modelo. Essa sensação de ser “diferente”, “menos do que” e “incompetente” aparece no discurso daqueles que se desviam da norma (SZYMANSKI, 2002).

Vê-se, aqui, uma avaliação amparada nesse discurso e na condição econômica, a pobreza aparece enquanto condição para descredencialização da família, porém o capítulo III do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990), art. 23º que trata do direito a convivência familiar e comunitária, está promulgado que “ a falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para perda ou suspensão do pátrio poder” (pág. 23), mas de acordo com as análises dos discursos impressos nos documentos nota-se que esta



ainda aparece com bastante frequência e com grande peso nas avaliações das famílias das crianças abrigadas.

Para um melhor entendimento vale ressaltar que o ECA (1990) ainda mantém o termo *Pátrio Poder*, definido no Código Civil de 1916, porém a Constituição de 1988, no art. 226, § 5º, estabelece uma nova concepção que prevê: "os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher", constituindo-se o *Poder Familiar*, termo usado no decorrer do trabalho.

A descredencialização das famílias pautada nas ausências que as cercam pode ser constatada através da pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada (IPEA, 2004) que por meio de levantamento dos abrigos da Rede de Serviços de Ação Continuada (SAC) constatou que 86,7% das crianças abrigadas possuem família e que 50,1% desses casos de abrigamento foram ocasionados por pobreza/carência material, vivência na rua e mendicância.

Mediante as análises dos documentos produzidos pela instituição, através de sua equipe técnica, observa-se que o olhar sobre a família, da criança abrigada, é sempre de avaliação, há sempre um ajuizamento, um conceito sendo formado, algo sendo medido. As inúmeras formas de intervenção sobre a família podem ser observadas nos documentos como nesse trecho "... a técnica de enfermagem M.A. descreveu que J. estava bem, mas sem registro civil e carteira de vacina e que E. apresentava cicatrizes de escabiose e de modo geral estava bem, mas também sem registro civil e carteira de vacina. Em seguida foram higienizados, alimentados e encaminhados aos dormitórios que atendiam as respectivas faixas etárias" (Relatório Social do prontuário A).

Inúmeros são os motivos elencados para justificar a desestruturação das famílias, há uma tentativa em explicar as causas que impedem a família de se manter coesa. A ausência de uma identidade civil e de registros médicos, que comprovem a sua existência e seu bem estar, são pontuados de forma enfática. De acordo com Ariès (2006) um homem do século XVI ou XVII ficaria espantado com as exigências de identidade civil a que nos submetemos com naturalidade. Esses registros passam a ser sinal de responsabilidade e motivo de orgulho.

Assim que nossas crianças começam a falar, ensinamos-lhes seu nome, o nome de seus pais e sua idade. Ficamos muito orgulhosos quando Paulinho, ao ser perguntado sobre sua idade, responde corretamente que tem dois anos e meio (ARIÈS, 2006, p. 2).

Segundo Ariès (2006) a inclusão do primeiro nome já fora considerada uma designação muito imprecisa, na Idade Média, fazendo-se necessário complementá-lo por um sobrenome de família, muitas vezes representado por um nome de lugar. Além do nome tornou-se conveniente uma nova precisão, numérica, a idade. O nome faz parte do mundo da fantasia, o sobrenome ao mundo da tradição e a idade corresponde o mundo da exatidão, do que pode ser legalmente mensurável. Hoje, habituou-se a uma identidade civil ligada a esses três mundos ao mesmo tempo.

Dessa forma como admitir pais que não sabem datar a idade de seus filhos de forma precisa, que não tenham registros acerca do histórico de saúde destes, uma vez que estes são hábitos legalmente instituídos? Esse olhar que pontua essas ausências encontra-se comprometido, o que dificulta uma avaliação imparcial. Alcançar total neutralidade numa avaliação é tarefa difícil, praticamente impossível, mas faz-se necessário certo distanciamento para não permitir um julgamento de valor embasado em questões pessoais.

Mas de que forma seria possível os especialistas se desvencilharem de seus conceitos subjetivos ao avaliarem essas famílias, pois como afirma Costa (2004) perante os novos técnicos em amor familiar, os pais, via de regra, continuam sendo vistos como ignorantes, quando não doentes. Há sempre um a mais a corrigir, um a menos a tratar. Em resumo, quando se observa os resultados da educação higiênica, imposta até os dias atuais, uma conclusão se impõe: a norma familiar produzida pela ordem médica solicita de forma constante a presença de intervenções disciplinares por parte dos agentes de normalização.

Com a descoberta de que os anos iniciais de vida são cruciais para o desenvolvimento emocional posterior a família passou a ser vista como o locus potencialmente produtor de pessoas saudáveis, emocionalmente estáveis, felizes e equilibradas, ou como o núcleo gerador de inseguranças, desequilíbrios e toda sorte de desvios de comportamento. Assim as interpretações acerca das inter-relações, dos cuidados prestados aos filhos (como registrar, manter as vacinas em dias), passaram a ser feitas no contexto da estrutura proposta pelo modelo burguês e, quando a família se afasta deste é chamada de “desestruturada” (SZYMANSKI, 2002).

No decorrer das leituras dos documentos foi possível constatar, que alguns relatos foram produzidos, a partir do olhar de outrem, como relatórios de outras instituições que atenderam a família antes do processo de abrigamento das crianças. Em um trecho do Relatório Social do prontuário A consta o seguinte relato “... já residiram em quatro casas,

todas eram sujas, desorganizadas e sem banheiro interno”. Essa informação do número de residência pelo qual a família já havia passado parece ter sido obtida a partir do relato de um casal de amigos, que outrora abrigara a família, pois não consta o relato de visita dos quatro endereços mencionados.

Esse olhar sobre a família, da criança abrigada, constitui-se na imagem que a família possui, segundo a realidade de quem a avalia, e a que ela deveria ter. Assim muitos dos fenômenos apontados, hoje em dia, como causas da desagregação familiar nada mais são que consequências históricas da educação higiênica. Em outros termos as famílias se desestruturam por seguirem a risca as normas de saúde e equilíbrio que lhe são impostas (COSTA, 2004). A partir da primeira categoria global surgiram as subcategorias que foram analisadas em prol do enriquecimento do estudo.

### **3.1 Abordagem familiar: a compreensão a cerca da estrutura familiar**

Nesta subcategoria foram analisados os documentos que tratam das inúmeras abordagens feitas às famílias, a partir da utilização de instrumentos que avaliam a estrutura e o funcionamento destas. As fichas, que compõem esse conjunto de documentos, servem de respaldo para a qualificação das famílias quanto a sua capacidade em permanecer ou não com os filhos.

O processo de abrigamento é mais uma das políticas específicas, do Estado, que tem como alvo a família, que através de documentos cientificamente produzidos, no caso as fichas de abordagem familiar e visita domiciliar, submetem o poder da família a uma classificação. A inserção da medicina higiênica, no início do séc. XIX, como nova aliada do Estado, muito contribuiu para afirmação dos espaços de segregação higienizados dedicados aos “sem família” (SCHEINVAR, 2006).

Rago (1997) afirma que enclausurar a criança pobre nos espaços disciplinares dos institutos profissionais ou das escolas públicas apareceu como a maneira mais eficaz de adestrar e controlar um contingente potencialmente selvagem da população, aos olhos dos higienistas.

De acordo com Costa (2004) a higiene das famílias se deu através da norma que tem como fundamentação teórica a noção de dispositivo, que por sua vez são formados pelos conjuntos de práticas discursivas, elementos teóricos que reforçam, no nível do conhecimento e da racionalidade, as técnicas de dominação, e as não-discursivas formadas pelo conjunto de

instrumentos que materializam o dispositivo como as técnicas de controle dos indivíduos e das instituições.

A normalização dos indivíduos através desses dispositivos tornou-se indispensável ao funcionamento do Estado, e cresce e se estabiliza no campo do poder e saber que ditam os “desvios” da normalidade. Para as famílias torna-se cada vez mais difícil ir de encontro, as normas, dos técnicos em amor familiar, uma vez que amar e cuidar dos filhos tornou-se um trabalho sobrehumano, mais precisamente, científico (COSTA, 2004). Os instrumentos de avaliação e classificação utilizados pelo abrigo para avaliação da estrutura familiar corroboram com esse pensamento classificatório.

As diversas formas de estrutura familiar tornaram-se alvo de estudos nas mais diversas áreas, dentre essas novas formações pode-se destacar o modelo de família nuclear moderno em que o pai passa a assumir funções antes consideradas de responsabilidade apenas da mãe. Surge, assim, o conceito de coparentalidade que se refere ao apoio e divisão da liderança entre os pais em seus papéis parentais, o termo também pode ser usado a qualquer relação em que dois adultos dividem as responsabilidades e os cuidados em relação a uma criança (AMAZONAS E BRAGA, 2006).

O recasamento também é apontado como uma nova possibilidade de composição familiar. Carter e McGoldrick (2001) afirmam que uma segunda união envolve o emaranhamento de duas, três, quatro ou mais famílias e é nesse contexto que o novo sistema familiar se estabiliza e passa ser tido como uma nova fase no ciclo vital. Têm-se ainda as famílias monoparentais composta por um único genitor com os filhos.

De acordo com Carvalho (2002) a literatura especializada internacional há muito tempo insiste na desconstrução do “mito da família nuclear”, considerando que esta talvez seja uma “invenção moderna” sustentada pela difusão da cultura de massa. As alterações na estrutura familiar que ocorrem hoje em dia no ocidente podem ser simplesmente “o retorno ao estado complexo e diverso em que a família passou a maior parte do milênio” (CARVALHO, 2002). Por mais que no passado as causas não tenham sido as mesmas, acontecimentos como casamentos tardios, filhos fora do casamento ou aumento do número de mulheres trabalhando fora, já eram vistos em outros momentos das sociedades ocidentais. O certo é que a adaptação às novas estruturas parentais está em curso e assim os novos sistemas familiares vão se instalando sendo este um processo irreversível.

Pedroso (2003) ao tratar da origem e da forma como a família se estrutura afirma que as explicações acerca desta baseiam-se em fundamentações biológicas ou psicossociais. As características e a estrutura da família no mundo ocidental têm passado historicamente por inúmeras transformações na sociedade. Muitos rituais que antecederiam sua constituição estão sendo abandonados ou modificados. As mudanças mais notadas referem-se à formação dos grupos de casais (heterossexuais e homossexuais), aos cuidados com os filhos (biológicos ou adotados) e as redes de parentesco.

Têm-se, portanto inúmeras constelações familiares, que diferem do modelo tradicional de família, dentre as quais pode-se citar: pais com filhos biológicos, crianças com padrastos ou madrastas, filhos adotivos, filhos oriundos de barriga de aluguel ou de inseminação artificial, casais do mesmo sexo, mães solteiras por contingência ou opção (PEDROSO,2003).

Ainda segundo Pedroso (2003) é neste cenário de mudanças que encontra-se grupos familiares que cumprem funções básicas de cuidados, para o desenvolvimento humano, que não estão contemplados nos modelos tradicionais de família. Sendo assim faz-se necessário uma melhor compreensão, acerca dos mesmos, quanto a sua organização e dinâmica de funcionamento.

Apesar de todas as variações de sistemas familiares, pode-se afirmar que esta ainda se mantém enquanto objeto de desejo idealizado, além de ser apontada como artefato principal não apenas para a “continuidade da espécie”, mas também para a proteção e a socialização de seus componentes. Ao mesmo tempo em que é considerada como fundamental para o desenvolvimento da sociedade é também desqualificada quando não atende aos métodos e práticas de controle científico.

Um trecho do Relatório Social do prontuário A consta “... realizamos o primeiro atendimento psicossocial ao casal de genitores em nossas avaliações sistemáticas percebemos que se trata de pessoas ignorantes, com precárias condições de higiene sendo que a genitora apresentava ter distúrbios mentais”. Aqui a estrutura familiar é desqualificada desde o primeiro contato, o olhar que classifica é tão certo do que vê que chega até mesmo a dispensar o uso de instrumentos científicos, tão valorizados tecnicamente, para a avaliação do estado de saúde mental da genitora.

Assim como a capacidade mental, da genitora, pode ser aferida a partir do primeiro contato com a família, pode-se pensar que desta forma, também, são avaliados os aspectos

que embasam essa estrutura familiar, principalmente, quando o olhar de quem avalia tem como referência os modelos de família social e cientificamente aceitos, não levando em conta a realidade vivenciada pela família. Sarti, (2007) afirma que o universo moral de cada família é único e defensável para quem o segue e justificam as relações, os lugares de homem e mulher que compõem aquela estrutura familiar.

Os papéis e as relações de poder que constituem a base de sustentação das famílias pobres urbanas, mostram a força simbólica, que ainda se mantém, da autoridade masculina representada pelo papel central de homem como mediador com o mundo externo. O homem corporifica a ideia de autoridade, como mediação da família com o mundo externo. Ele é a autoridade moral, responsável pela respeitabilidade familiar (SARTI, 2007).

Mas não se pode descartar as mudanças ocorridas nesses papéis centrais de pai de família e mãe dona de casa. A “má” autoridade que abusa de seus direitos e descuida de seus deveres, contribuiu para as mudanças ocorridas nos padrões patriarcais em que se baseia a família pobre urbana.

Assim para constituir a “boa” autoridade, digna da obediência que lhe corresponde, não basta ao homem *pegar e botar comida dentro de casa e falar que manda*. Para mandar, *tem que ter caráter, moral* (SARTI, 2007, p. 63).

O deslocamento das figuras masculinas e femininas aponta para as outras realidades em que estão estruturadas as famílias. Há os casos em que a mulher assume a responsabilidade econômica da casa, o que acarreta em modificações nas relações de poder. Para a mulher manter o papel masculino de provedor não se constitui em um problema, para ela, o problema está em manter a dimensão do respeito, conferida pela presença masculina.

De acordo com Sarti (2007) o papel fundamental da mulher na casa dá-se, portanto dentro de uma estrutura familiar em que o homem é essencial para própria concepção do que é a família, por que a família é pensada como uma ordem moral, onde o homem representa a autoridade. Mesmo quando ele não provê a família, sua presença “desnecessária” continua necessária.

Durante a análise dos documentos foi possível perceber que é sob esse olhar de ordem moral que a família, da criança abrigada, é avaliada. Há uma busca, por visualizar os papéis, que tornem aquela família um núcleo, em que o homem possa ser definido enquanto autoridade provedora de sustento e a mulher, equilibrada, ocupe seu lugar de mantenedora da união grupal.

No documento denominado de Relatório Técnico do prontuário C consta o seguinte trecho: “Família mantém-se do trabalho de pequenos biscates do pai.” No Relatório Social, do mesmo prontuário, têm-se: “O pai continua vendendo biscoitos e amendoim pela orla de Icoaraci e Outeiro, a mãe é do lar, ajuda o pai a torrar amendoim”. “O pai nunca trabalhou registrado...” Vê-se aqui que apesar dos papéis ocuparem os lugares de homem e de mulher determinados socialmente, há uma cobrança quanto ao *status* desse papel do pai enquanto provedor, o quanto este é capaz de prover o sustento da família através de biscates.

É possível perceber certa desqualificação do trabalho praticado pelo pai, visto como não digno de um pai de família que precisa prover o sustento dos seus dependentes. Como fornecer a mulher e aos filhos moradia e alimentação, de acordo com os padrões arquitetônicos e nutricionais exigidos, uma vez que nem se quer possui um trabalho com carteira assinada. A carteira de trabalho é vista como o documento que qualifica a pessoa enquanto trabalhador, quem não o possui encontra-se às margens da sociedade, na informalidade, não podendo ser contabilizado como cidadão trabalhador que paga seus impostos.

A autoridade masculina é seguramente abalada se o homem não garante o teto e o alimento da família, funções masculinas, por que o papel de provedor a reforça de maneira decisiva. Assim a *desmoralização* ocorrida pela perda de autoridade que o papel de provedor atribui ao homem e que abala a base do *respeito* que lhe devem seus familiares, significa uma perda para a família como totalidade (SARTI, 2007). Assim a descredencialização desta é reforçada, pois a ausência dessa *autoridade* faz com que a família caia no discurso redundante de desestrutura.

Sarti (2007) afirma que o *status* central do homem na família, como trabalhador/provedor, torna-o também vulnerável, porque o faz dependente de condições externas cujas determinações escapam a seu controle, fator este acentuado no caso da população pobre, exposta à instabilidade estrutural do mercado de trabalho que a absorve. A vulnerabilidade da família pobre, quando centrada no pai/provedor ajuda a explicar a frequência de rupturas conjugais, que diante de tantas expectativas não cumpridas, para o homem, que se sente *fracassado*, e para a mulher, que vê rolar por água abaixo suas chances de *ter alguma coisa* através do projeto do casamento.

Ao analisar os prontuários observa-se um discurso de culpabilização das famílias, principalmente da figura masculina (pai/provedor) por não conseguir manter a família coesa, pelas inúmeras rupturas pelas quais passam essas famílias, sem se levar em conta os fatores políticos e econômicos que as cercam e as colocam na condição de vulneráveis. O pai que não

possui um trabalho registrado em carteira, não o faz não só por uma questão de escolha e sim por uma série de fatores, que empurra grande parte da população para condição de trabalhador informal.

Carvalho (2002) afirma que essa visão da família/indivíduo a partir de um referencial econômico instalou-se nos anos 70 com o chamado *boom* econômico que o país vivenciava e assim a família concebida a partir das relações de sociabilidade comunitária que a compunha, tornou-se descartável no Estado de bem-estar social, em que o indivíduo promovido a cidadão só poderia trilhar sua vida e ser socialmente reconhecido numa relação de dependência do estado e do trabalho.

O Estado e o trabalho aparecem como protagonistas do desenvolvimento e da promoção dos indivíduos em sujeitos de direitos; sujeitos com liberdade e autonomia. O Estado significou o grande tutor na distribuição de bem-estar social e o trabalho o grande integrador e vetor de inclusão social (CARVALHO, 2002).

Ao estudar os documentos foi possível constatar que a avaliação acerca da estrutura familiar está diretamente relacionada à avaliação das condições econômicas que a família se encontra, a capacidade que os genitores têm de prover moradia, alimentação, educação, considerados pelos técnicos enquanto recursos mínimos para o bom desenvolvimento de uma criança. Diante desta observação surgiu a segunda subcategoria denominada de Relato de visita: a visão sobre o ambiente, em que se buscou analisar de que forma o ambiente familiar é concebido e qual a importância deste para qualificação ou desqualificação das famílias.

### **3.2 Relato de visita: a visão sobre o ambiente**

A família, que é reconhecida como um lugar ideal para um bom desenvolvimento físico e psíquico para seus membros é também apontada enquanto incapaz de gerir higienicamente seus membros. Inúmeras políticas paternalistas foram criadas, pelo poder público, com o propósito de controle e contenção social, principalmente das famílias pobres, a partir de um discurso de “incompetência” da família em resguardar e formar os filhos em “cidadãos de bem”. A desqualificação dessas famílias ratifica a ideologia de destituição dos pais e de seus deveres em relação aos filhos (NASCIMENTO E SCHEINVAR, 2005).

Segundo Rizzini (2004) a partir da oficialização da assistência às famílias, pelo governo, ela passa a ser elemento-chave das práticas discursivas das instituições produtoras de saberes sobre essa esfera da sociedade, havendo assim um grande empenho na construção



desses saberes, por parte de profissionais como psicólogos, psiquiatras, cientistas sociais e médicos higienistas, no intuito de criar uma rede de controle social das famílias, além de legitimar a necessidade de intervenção junto a esse grupo social.

Costa (2004) aponta para uma reflexão acerca dos “remédios” propostos à família pelos especialistas, cabe verificar se estes ao invés de sanarem o mal, não irão perpetuar a doença. Os peritos em reeducar terapeuticamente as famílias dão-se conta de que a desestruturação familiar é um fato social, mas raramente percebem que as terapêuticas educativas, por eles propostas, são componentes ativos na fabricação deste fato. Presos à ideologia do <cientificismo>, acreditam na isenção política de suas práticas profissionais.

Durante a análise dos documentos foi possível constatar, em alguns trechos relatados, a necessidade por legitimar a intervenção técnica e a necessidade de abrigamento das crianças. Não se trata de negar as dificuldades, principalmente de ordem econômica, pelas quais as famílias passam, mas sim de despertar para o quanto esse olhar, sobre a família da criança abrigada, responsável por qualificar essa estrutura familiar pode está orientado para uma gestão científica e higiênica da pobreza.

Um dos aspectos observados na análise das fichas, utilizadas no processo de classificação das famílias, é o fato de que grande parte dos itens de avaliação não está preenchida ou contém informações vagas. O item dois de uma das fichas é denominado de Situação Familiar e está desdobrado nos seguintes subitens convivência/relacionamento; condições de moradia e informações complementares. Nas fichas dos prontuários A e B, o subitem condições de moradia consta apenas “sem moradia” e no espaço direcionado as informações complementares não há nada escrito, os itens subsequentes em sua maioria também encontram-se em branco.

Um dos documentos analisados é denominado de Ficha de Visita Domiciliar em que são abordados aspectos como situação habitacional (tipo de moradia, número de cômodos, condições sanitárias, iluminação elétrica e abastecimento de água); equipamentos e utensílios domésticos e condições gerais de habitabilidade. Na ficha encontrada no prontuário B consta a seguinte informação no que diz respeito a condições de habitabilidade “A casa ainda se encontra só no tijolo e o chão é batido”. A mesma ficha do prontuário A diz “Casa de madeira em condições precárias de habitabilidade”.

Essas transcrições demonstram quão vagas são as informações que compõem os relatórios que embasam as decisões judiciais de destituição do poder familiar. Bem como

denotam que o olhar sobre a composição do ambiente, é por vezes, orientado para uma regulação higiênica da pobreza.

Os relatos denotam uma preocupação, por parte do técnico, em avaliar durante sua visita o ambiente físico que cerca a família, há uma atenção demasiada a aspectos como quantidade de cômodos, estrutura física da casa (se esta é de alvenaria ou pau a pique) e utensílios domésticos que a família possui, assim a avaliação do ambiente fica resumida ao espaço físico ocupado pela família.

Essa intervenção sobre a casa corrobora com os preceitos da medicina social pontuados por Costa (2004) que tinha como movimentação estratégica o espaço físico, ocupado pela família, para expansão dos conceitos de saúde pública, que higienizariam o continente familiar, mas para que essas transformações no ambiente acontecessem fez-se necessário que os preceitos estatuídos que garantissem a salubridade e asseio das habitações fossem prescritos por lei.

Assim as normas técnicas de edificações que regem as construções e tornam as residências habitáveis são impostas as famílias populares e o olhar sobre o ambiente sai em busca por encontrar construções que obedeçam aos cânones higiênicos, porém não são levados em conta que grande parte das insalubridades encontradas, nas casas visitadas, são em decorrência de uma falta de infraestrutura que deveria ser garantida pelo Estado.

Essa regulação higiênica da pobreza, através da medicina social, reduziu a família a um estado de dependência, recorrendo, o que é mais significativo a argumentos semelhantes aos atuais. Foi também pretextando salvar os indivíduos dos caos em que se encontravam que a higiene insinuou-se na intimidade de suas vidas (Costa, 2004).

Em um dos relatórios de visita do Prontuário B constam os seguintes trechos “A residência dos genitores das crianças esta localizada em área de invasão, sendo ainda a ultima casa da rua, ficando longe de postos de saúde, escolas e áreas de lazer”. Ainda sobre o ambiente da mesma família consta “Casebre de madeira humilde, própria, contendo apenas um cômodo em condições precárias de habitabilidade”. Há também um trecho que faz referência aos utensílios domésticos que a família possui que diz “Foram encontrados na casa um armário contendo alguns pratos, talheres e panelas velhas, com um aspecto de sujeira...”.

É evidente o quanto o espaço físico, habitado pela família, é levado em consideração no processo de avaliação desta enquanto capaz ou não de cuidar dos próprios filhos. Nos relatórios de visita analisados, nos três prontuários, não foi possível perceber uma avaliação

do ambiente enquanto relação entre os membros da família, ou aos cuidados dispensados às crianças, que envolvem aspectos tanto materiais quanto emocionais, está focada somente na estrutura física do ambiente.

De acordo com Costa (2004) transformação da casa colonial em casa higiênica respondia a uma movimentação estratégica de intervenção sobre a família, que através da ingerência médica, em todos os setores da vida pública e privada, fazia considerações sobre as habitações que iam desde a escolha do lugar da casa (se em planícies, montanhas, colinas, florestas, praias, etc...) até a disposição das peças de habitação (andares, assoalhos, janelas, portas, iluminação, ordem, asseio etc...).

A preocupação com a habitação, enquanto local salubre que deve ser, se mantém e é arregimentada por mais saberes especializados como os arquitetos, urbanistas, pedagogos, psicólogos, sociólogos e assistentes sociais, estes por sua vez continuam a imprimir à família, desequilibrada pelo desenvolvimento urbano, seu modelo de organização social.

De acordo com Rago (1997) a gestão científica da habitação popular foi pensada desde meados da década de 20, mas foi na década de 1930 que novos dispositivos estratégicos de moralização da moradia do proletariado são discutidos no 1º Congresso de Habitação, realizado em 1931. Com o intuito de favorecer o processo de industrialização no país o governo cria as vilas operárias e, portanto estas precisam ser organizadas num espaço arquitetônico literalmente cercado e fechado, o que possibilita uma melhor gestão higiênica deste espaço.

A questão da habitação popular passa a ser construída por um arsenal de conhecimentos, não só mais os higienista detém esse poder, este passa a ser legitimado, também, por outras falas que se articulam sobre o social como a de engenheiros, sociólogos e advogados. Porém a preocupação que sustenta toda a discussão sobre o problema da moradia dos pobres está centrada muito mais na vontade de regenerar as classes decaídas, do que no sentido de responder funcionalmente ao problema habitacional (RAGO, 1997).

Costa (2004) afirma que através da habitação houve uma intervenção sobre a privacidade familiar, que valorizou o convívio íntimo entre os membros da família e tornou necessária uma vigilância constante da casa. Surge a partir de então o interesse pelo desenvolvimento e educação dos filhos e o amor paterno torna-se a força responsável pela união familiar. E assim a medicina-estatal sob a forma de medicina doméstica passa a intervir e a criar novas formas de subjetivação da família.

No conteúdo analisado dos Relatórios de Visita, dos prontuários estudados, é perceptível uma preocupação com o ambiente enquanto um problema material ou financeiro, bem como uma questão moral. Há uma semelhança com o pensamento ideológico dos higienistas do período industrial, muitos aspectos conceituais sobre a moradia dos pobres se estendem até os dias atuais, adequando-se as transformações sócio-econômicas vigentes.

Ainda se recorre à mesma operação conceitual que vincula pobreza-saúde-imoralidade. Os técnicos responsáveis por avaliar o ambiente em que vivem as famílias das crianças abrigadas, possuem uma representação imaginária sobre o ideal de ambiente familiar adequado para o bom desenvolvimento infantil. E é pautado nessa dimensão simbólica do real que os conceitos acerca do ambiente, ou melhor, da habitação da família pobre são construídos (RAGO, 1997).

### **3.3 A compreensão técnica sobre a infância institucionalizada: fichas de identificação e avaliação**

Segundo Nascimento e Scheinvar (2005) ao se pensar a questão dos direitos da criança e do adolescente brasileiros dois conceitos devem ser necessariamente discutidos: o de exclusão social e o de proteção. Ambos presentes nas concepções e nas práticas dos equipamentos de assistência e proteção social estruturados ao longo do século XX. Havendo uma correlação entre proteção e exclusão quando se pensa a questão da infância.

O percurso do tema infância no Brasil já sofreu inúmeras alterações, que vão desde uma perspectiva carcerária e coercitiva no intuito de proteger a sociedade de crianças em “situação irregular” até uma visão de garantia de direitos, com o objetivo de oferecer proteção integral a toda e qualquer criança. A assistência às necessidades sociais da população brasileira até meados do século XIX era prestada através da ação religiosa, não havendo qualquer atuação do Estado nesse sentido (MARCÍLIO, 1998).

De acordo com Marcílio (1998), a trajetória da assistência às crianças abandonadas no Brasil passa por três fases. A primeira é a fase caritativa que perdura até meados do século XIX, a segunda denominada de fase da filantropia, que se estende até a década de 1960 e a terceira fase que se instala nas últimas décadas do século XX, denominada de fase do *Bem-Estar* do menor.

A fase caritativa é caracterizada pelo formato missionário e religioso de sua atuação caridosa e beneficente, onde os mais ricos, por meio de esmolas ou boas ações, propiciam o alívio do sofrimento dos mais desvalidos, em busca de salvação para suas almas e do *status* de

beneméritos. Entre meados do séc. XIX até meados do séc. XX a assistência à infância desvalida passa por algumas transformações, momento em que se dissolve o monopólio religioso sobre a assistência social e a filantropia começa a ser instaurada (MARCÍLIO, 1998).

Na fase filantrópica é instituído o termo “menor”, sendo caracterizada também pelo surgimento das primeiras propostas de políticas públicas para infância desvalida. Os Asilos de Educandos, que tinham como ideologia a instrução, a formação cívica e a capacitação profissional das crianças desvalidas, surgem como fruto do novo modelo de política social inspirado na mentalidade filantrópica - científica. Inicia-se assim uma nova fase em que se têm áreas da ciência, como o Direito e a Medicina, propondo teorias e soluções para a infância desvalida (MARCÍLIO, 1998).

Venâncio (1999) chama a atenção para a precariedade dos serviços de assistência às crianças das famílias populares do Rio de Janeiro e Salvador. Afirma que o auxílio a essa camada desvalida da população faz referência ao modelo lisboeta em que o amparo era prestado pelos vereadores por meio das Câmaras através da contratação das famílias criadeiras. Com o passar do tempo, observou-se porém que os gastos com o auxílio acabariam por comprometer as finanças das câmaras, motivando assim a instalação da Casa da Roda ou casa dos Expostos que entre os anos de 1726 e 1738 foram implantadas, graças a doação de verdadeiras fortunas por parte de benfeitores, e a transferência desse encargo enfim é realizada.

Rizzini (2004) descreve o percurso histórico do processo de institucionalização da infância através da seguinte divisão: século XVIII implantação dos internatos para menores, que visavam a “educação” de crianças pobres, fossem elas abandonadas, órfãs, indígenas ou negras; século XIX e XX reabilitação dos menores abandonados e delinquentes e a questão atual do abrigamento de crianças e adolescentes que envolvem mudanças ainda pouco compreendidas como o encaminhamento destas aos abrigos. A internação, no passado, era compreendida como o abandono das crianças pelas famílias, hoje têm-se o movimento de rejeição das crianças em relação às suas famílias.

Ainda de acordo com Marcílio (1998) a criança, a partir do século XIX, é alvo de forças que a avaliam, investigam, classificam, separam, controlam, vigiam, protegem, para que sua educação seja eficaz. A infância passa a ser centro das atenções das políticas da família e da educação, surgindo assim às leis e os órgãos que iriam reger e controlar a infância

abandonada. É o nascimento da fase do estado do bem-estar do menor caracterizada pela inserção do Estado enquanto interventor e responsável pela infância pobre e desviante.

Momento este em que são criadas as fundações (FUNABEM e FEBEM) enquanto órgãos, a nível nacional e estadual, responsáveis pelo bem estar do menor, porém em decorrência de uma pressão nacional e internacional de organizações não governamentais passa-se a pensar a proteção da criança enquanto um direito e um dever do Estado, surge então o Estatuto do Menor em 1979. Esses direitos e deveres são ampliados com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, o qual contempla em seus artigos a convivência familiar, a brevidade no período de abrigamento e a não suspensão do pátrio poder por falta ou carência de recursos materiais.

Porém apesar de todas as mudanças instituídas através de uma nova compreensão, arranjo e administração das políticas de atenção à criança, que deram origem a um novo sistema de garantia de direitos, ainda encontra-se no discurso dos especialistas a concepção da prática do abrigamento como, a primeira e mais eficaz, forma de proteção.

As famílias são chamadas legalmente a responder por qualquer comportamento, dos filhos, tido como fora dos padrões de normalidade instituídos. E assim quando não se enquadram no modelo de família considerado certo, ocorre o sequestro do direito à família, que não se dá só na forma de abrigamento, mas através do uso de outros equipamentos sociais como as escolas, e o judiciário SCHEINVAR, (2006).

Ao analisar o Relatório Social do prontuário A, no subitem denominado de parecer técnico, nota-se certa ambiguidade, nos discursos produzidos pelos técnicos, quanto a este pensamento, pois ao mesmo tempo em que o abrigo é afirmado como lugar apropriado para o bom desenvolvimento infantil há também um reconhecimento de que a ausência do convívio familiar não é a melhor solução, como se pode notar nos trechos a seguir:

A falta de vida em família, a dificuldade em receber atenção individualizada, os obstáculos ao desenvolvimento de atividades ou a expansão de tendências particulares a cada um, a submissão a disciplinas e a rotinas rígidas, o pouco contato com a comunidade são aspectos que opõem diametralmente as diretrizes a serem seguidas para que ocorra um desenvolvimento sadio da criança”. “Nesta situação, o abrigo surgiu como uma solução, para as graves dificuldades enfrentadas, um lugar onde as crianças encontrarão proteção, alimentação e educação capaz de proporcionar um ambiente superior, “melhor” do que o seu meio de origem.

Esse discurso ambíguo se perpetua, por todos os Relatórios Sociais analisados, no tópico intitulado de parecer técnico. Apesar do discurso, mesmo dúbio, trazer um

reconhecimento da importância da família, nota-se que não é da família de origem que se fala, pois a respeito desta não se encontra nenhum parecer favorável, pelo contrário, o que as fichas de identificação e avaliação das crianças apontam é que estas só vieram apresentar um bom desenvolvimento físico e emocional após adentrarem o abrigo.

Nascimento e Scheinvar (2005) ao discorrerem sobre a proteção à infância e a família asseguram que estes conceitos são definidos a partir de um contexto de afirmação de uma sociedade disciplinadora, que tem como dispositivo fundamental a educação religiosa. E essa educação tem propostas e práticas pedagógicas diferenciadas, de acordo com a população a qual se destina. Assim as crianças mais abastadas são educadas ao lado dos pais tendo a relação familiar como referência, já as famílias mais pobres são objeto de intervenções que, longe de protegê-las, as desqualificam.

A afirmação da família enquanto o melhor lugar para desenvolvimento da criança, fala de um modelo familiar em específico, do qual a família da criança abrigada encontra-se distante, portanto cabe ao Estado intervir sobre a forma de abrigamento, para defender os desvalidos, e instituir a estes um lar capaz de prover suas necessidades.

O documento apontado como Ficha de Identificação da Criança, é encontrado em todos os prontuários analisados, neste os tópicos que trazem informações sobre a criança são dados pessoais, escolaridade e estado de saúde, os demais fazem referência aos genitores com informações como situação dos pais (falecidos, desconhecidos, ausentes, usuário de drogas...), portador de doença física ou mental, vínculo familiar (recebe ou faz visitas), situação familiar (se possui irmãos abrigados) e se a família recebe atendimento de outros programas da FUNCAP.

Há uma preocupação acerca dos dados que identificam a criança, as exigências de identidade civil a que o homem é submetido com naturalidade são bastante valorizadas naquele espaço. Quando os genitores não são capazes de datar com precisão o nascimento dos filhos o espaço em branco é preenchido da seguinte forma “pais não sabem informar”, o que caracteriza uma descredencialização dos pais, pois como seria possível não saber data tão importante? Afinal como afirma Ariès (2006).

De fato, sentimos que é importante que Paulinho não erre: que seria dele se esquecesse sua idade? Em nossas civilizações técnicas, como poderíamos esquecer a data exata de nosso nascimento, se a cada viagem temos de escrevê-la na ficha de polícia do hotel, se a cada candidatura, a cada requerimento, a cada formulário a ser preenchido, e Deus sabe quantos há e quantos haverá no futuro, é sempre preciso recordá-la (ARIÈS, 2006, p. 1).

Ainda segundo Ariès (2006) tornou-se praticamente impossível esquecer-se a data exata de nascimento, pois é espantoso o número de requerimentos e formulários que preenchemos com tal informação, são inúmeras as cobranças acerca da identificação civil na atualidade. Em um trecho de seu livro relembra o tempo em que era raro e difícil uma pessoa saber de sua idade ou de seus filhos, porém isso não significava ausência de afeto. Ao citar Sancho Pança diz que este não sabia exatamente a idade de sua filha, a quem, entretanto, amava muito, “Ela pode ter 15 anos, ou dois anos a mais ou a menos, mas é alta como uma lança e fresca como uma manhã de abril” (ARIÈS, 2006, p. 4). A criança uma vez identificada passa a fazer parte daquele espaço e seu processo de avaliação, pelos especialistas em desenvolvimento infantil, é iniciado. E as inúmeras fichas que compõem aquele sujeito são preenchidas, contendo informações que vão de uma avaliação sobre seu estado de saúde a seu desenvolvimento emocional e cognitivo.

Em uma das Fichas de Identificação do Prontuário C o espaço reservado para o preenchimento da data de nascimento encontra-se em branco e ao lado está escrito “mãe não soube informar”. Vê-se nessa afirmação a cobrança acerca do lugar de mulher guardiã do lar, responsável pela educação dos filhos e por ser capaz de datar com precisão seu nascimento.

À mulher, operária, cabia estar atenta aos mínimos detalhes da vida cotidiana de cada um dos membros da família, vigiar seus horários, estar a par de todos os pequenos fatos do dia-a-dia, prevenir a emergência de qualquer sinal da doença e do desvio. Esse modelo elaborado para mulher, desde meados do século XIX, de esposa-dona-de-casa-mãe-de-família se perpetua até os dias atuais e assim é cobrado que se cumpra (RAGO, 1997).

Em outro tópico dessa mesma ficha, intitulado de Situação dos Pais, sobre o pai estão marcados os seguintes itens “pai ausente” e “pai internado para tratamento”. O que denota, também, a cobrança em relação ao papel de homem provedor, figura que impõe respeito. Quando um ou outro papel não se cumpre, a família cai no discurso da “família desestruturada”, o que leva ao processo de destituição do poder familiar, também justificado pelo discurso de “proteção a infância”.

Scheinvar (2006) afirma que em decorrência da dificuldade da família aderir ao modelo hegemônico instituído esta é tida como incapaz. Essa inabilidade em cuidar dos filhos gera a retirada dos filhos, do convívio familiar, ou a desqualificação de seus saberes e suas ações tanto com classificações estreitas como a de “família desestruturada”, como com intervenções discriminatórias, que submetem indivíduos/famílias a serviços públicos



inadequados, de qualidade duvidosa, que não interferem, efetivamente, na condição de vida que os levou a ser alvo de intervenção do discurso de proteção.

As fichas que identificam a criança têm muito mais a dizer sobre quem são os pais, ou melhor, demonstrar quão inaptos encontram-se esses pais para continuarem com os filhos, do que dados que possam dizer quem são essas crianças. A história pregressa não aparece, não é possível identificar como a criança desenvolvia-se física, emocional e cognitivamente antes de ser abrigada, ou seja, em que estágio de desenvolvimento ela chegou ao abrigo. É como se esta só passasse a existir a partir do momento que fora abrigada.

Em uma das fichas, do Prontuário C, denominada de Programa de Atendimento Individual para Cumprimento ao Currículo Mínimo Obrigatório com o subitem Acompanhamento à Educação, encontram-se os seguintes relatos “No dia 17 de abril a criança participou da atividade em comemoração à páscoa do abrigo”, ainda sobre a mesma criança “Nesta data a criança participou da festa junina do abrigo”. Mesmo quando se trata de avaliar os relatos sobre a criança são feitos de maneira superficial.

A avaliação feita acerca da educação, da criança, é muito mais um fichamento das atividades, realizadas no abrigo, das quais a criança participa, do que uma avaliação sobre seu desenvolvimento escolar. Fica a impressão de que essas fichas são preenchidas para cumprimento de função, pois esse documento deve constar no prontuário.

Há outra ficha denominada de Ficha de Acompanhamento do Desenvolvimento, nesta consta uma lista de itens a serem observados, de acordo com a faixa etária, ao lado de cada item há um espaço em branco a ser preenchido pela seguinte legenda: S – sim, N – não e N O – não observado. Ao ler o documento a sensação é de está diante de um questionário respondido por um adulto no qual não é possível visualizar uma criança, apesar deste abordar diversas áreas do desenvolvimento infantil.

É através dessas fichas que o sujeito criança abrigada é constituído e as avaliações que a compõem mostram que quanto mais distante a criança se encontra dos parâmetros, para ela estabelecidos, mais a ideia de uma “desestruturação” familiar que afeta o desenvolvimento infantil é reforçada, pois quando esta não apresenta o desempenho esperado, a justificativa está no período em que esteve sob os cuidados dos pais e não por que o abrigo não ofereça as condições necessárias para o que é concebido como um bom desenvolvimento infantil.

#### **4 A DESTITUIÇÃO DO PODER FAMILIAR A PARTIR DO RELATO PROFISSIONAL**

A medicina higiênica se apropria da família, no séc. XIX, e através da “medicalização” conquista seu lugar de poder, sendo mais uma das formas de intervenção e controle sobre a família.

De acordo com Costa (2004), no Brasil a higienização da família progrediu em relação direta com o desenvolvimento urbano. O objetivo da higiene era o de converter os sujeitos à nova ordem urbana. A medicina apossou-se do espaço urbano e imprimiu-lhe marcas de seu poder. Inúmeras políticas foram criadas, uma específica tomou como alvo a família. Intervir na família sobre a forma da lei, com ações punitivas ou coercitivas, não trazia ao Estado o retorno desejado, pois a família colonial resistia às suas ingerências. Sendo assim a racionalidade higienista torna-se um grande aliado na política de transformação dos indivíduos em função dos ensejos do Estado.

A elite é o alvo da medicina higiênica, ficando os “desgarrados”, ou seja, os que não possuem procedência, sob a responsabilidade da milícia ou segregados nos espaços higienizados, a estes reservados, como os asilo e prisões. O modo de viver da família Senhorial passa a ser visto como crime contra a saúde, a relação pai-patrão para com filho-empregado é questionada e vista como subordinação afetiva, a dependência do pai é convertida em tutela do Estado.

A ordem médica vai produzir uma norma familiar capaz de formar cidadãos individualizados, domesticados e colocados à disposição da cidade, do Estado e da pátria (COSTA, 2004, p. 48).

A higiene se utiliza de alguns mecanismos para atrair a família, pois não basta urbanizá-la é necessário estatizar a vida privada, cria-se então um ideal de família que sob uma nova moral da vida e do corpo estará subordinada ao Estado. A medicina passa a apropriar-se de alguns fenômenos como, por exemplo, o “amor”, por meio da especialidade denominada de ‘medicina moral, e o converte em biologia médica passível de reorientação social, assim eventos antes tratados dentro da privacidade familiar são encampados pela medicina e, por meio dela, devolvido ao domínio do Estado (COSTA, 2004).

Neste sentido, Costa (2004) afirma que a partir do séc. XIX a higiene apropria-se de alguns eventos que ocasionam em muitas mudanças para família colonial, a mulher antes atrelada às obrigações do marido passa a ocupar o lugar de “senhora do lar” tendo o seu papel uma posição de destaque na família, pois passa ser a responsável por gerar frutos saudáveis a

pátria. A imagem infantil também é recodificada, e a criança torna-se a matriz físico-emocional do adulto, ocupando o lugar de “majestade da família”.

De acordo com Donzelot (1986), a mulher torna-se, na metade do séc. XIX, a base das estratégias de familiarização das camadas populares combinada a alguns instrumentos como a habitação “social”, que aos olhos dos higienistas deveria ser um espaço sanitário, esse espaço é conferido à mulher que deve torná-lo um lugar de vigilância e de paz. Há, no entanto, diferenças táticas entre a mulher burguesa e a mulher popular, à primeira, estão reservadas atividades familiares e sociais, sendo estas usadas como instrumento de irradiação cultural e para segunda fica a tarefa de velar por uma retração social do marido e dos filhos.

Como afirma Deleuze, no prefácio do livro de Donzelot (1986), surge na família o híbrido moderno entre público e privado. Há uma dualidade, a medicina através do contrato mantém seu caráter privado, enquanto o Estado por meio de ações públicas mantém a tutela. A medicina e o Estado tornam-se higienistas e mesmo que de maneira, por vezes, opostas investem sobre a família, ora incentivando a exposição ao social, ora reenclausurando.

As dualidades presentes nos discursos higienistas, em que tudo era ao mesmo tempo sadio e doente, colocou a família em um conflito entre o reenclausuramento e a exposição social, sendo necessário recorrer à benevolência médica, que através dos cuidados prestados tornou a casa o ambiente poético tão almejado. A família tornou-se mais íntima, valorizando o convívio com os membros do núcleo familiar, e aprendeu, por meio das leis da saúde, a aceitar certos eventos e a rejeitar outros (COSTA, 2004).

Vale ressaltar que para Donzelot (1986), esse recentramento da família sobre si mesma, que passa a ser o advento da família moderna, não possui o mesmo significado nas famílias burguesas e nas famílias populares, na primeira se constituiu através da reclusão tática de seus membros enquanto que na segunda se deu sob a forma de vigilância de seus desvios.

A família <íntima> e o indivíduo <psicologizado> habitarão uma casa ricamente decorada, terão ventres finamente nutridos e corpos minuciosamente vestidos. Privacidade familiar, conforto doméstico e interiorização dos indivíduos progrediram juntos, no mesmo compasso (COSTA, 2004, p. 98).

Na leitura dos documentos, analisados, pôde-se perceber que as avaliações feitas sobre a família, através das inúmeras fichas que a compõe, busca por encontrar essas imagens de homem, mulher e criança produzidas pelo saber. Mesmo diante dos diversos arranjos familiares, que se tem atualmente, nota-se uma valorização do modelo nuclear, em que todos

os papéis cumprem suas devidas funções, e que torna a família focada em si. O saber técnico apropria-se desses eventos, outrora instituídos e validados, e adentram as famílias, das crianças abrigadas, para avalia-las e então “benevolentemente” ensiná-las a forma correta de cuidar de seus filhos.

Essa sujeição da família a torna responsável não só pelos seus membros, mas também pela manutenção da ordem e desenvolvimento da sociedade. Cabe a instituição família a constante busca por aproximar-se do modelo familiar “ideal”, já ditado pela higiene e perpetuado pelo saber atual, enquanto espaço de cuidados físicos e sentimentais, local exclusivo de proteção da infância.

Porém esse reconhecimento da família enquanto espaço de proteção, essencial para o desenvolvimento da criança, é veemente questionado e o que a história da trajetória de assistência à infância nos mostra é uma descredencialização da família por parte do saber que a avalia, muitas vezes pautada no discurso da família desestruturada. Esse discurso ecoa entre os sistemas de proteção e assistência à criança, justificando o abrigamento e a destituição do poder familiar, o que muitas vezes é tido como “desestrutura familiar” nada mais é do que empobrecimento, tido como falta, caracterizado pela ausência do que deveria ser essa família popular, que constitui grande parte da clientela do abrigo (RIZZINI, 2004)

A discussão da pobreza nas ciências sociais brasileiras já foi muito discutida e retratada, porém o enfoque da falta, ausência (de recursos, direito de cidadania) parecem ainda prevalecer, o que não é diferente quando levamos à discussão a família popular, tratada de um lugar a parte, que muitas vezes diz mais de quem fala do que de quem se fala (SARTI, 2007).

Durante a análise dos documentos, tornou-se evidente que, na maioria das vezes, as ausências são a causa motivadora do processo de descredencialização das famílias dentre elas podemos destacar o “comando adequado” da família, capaz de impor respeito e promover os cuidados necessários (educação, moradia “digna”, alimentação...) aos seus familiares, pode-se apontar, também, a ausência de papéis explicitamente definidos como o de pai/provedor não só de recursos materiais, mas capaz de manter a “moral de homem” através do trabalho, e o de mãe/dona de casa capaz de educar os filhos para que se tornem cidadãos de bem, evitando a intervenção do Estado na forma de abrigamento.

De acordo com Ferreira (2005) essa ausência é legalmente aceita enquanto agente motivador da destituição do poder familiar, concebida como hipótese de causa social é

definida como a omissão em face a ausência de recurso que deve ser sanada através das políticas públicas voltadas para família, deve-se dar aos pais a oportunidade de se organizarem no sentido de restabelecer a guarda do filho abrigado, porém estabelece-se aos genitores um prazo para que essas mudanças se efetivem.

Outra situação é a causa de natureza pessoal que diz respeito aos atos de violência (física, psicológica ou sexual) praticada pelos genitores em relação às crianças, o que determina intervenção imediata, com a retirada da criança do convívio familiar. Neste caso a destituição do poder familiar é de rigor (FERREIRA, 2005).

Ainda de acordo com Ferreira (2005) em relação ao tema duas situações devem ser consideradas: A destituição do poder familiar independe da prévia colocação da criança em família substituta. Pode-se ingressar com a referida ação e, após definida a situação da criança, coloca-lo sob guarda, tutela ou adoção, mesmo por que, nas duas últimas modalidades, há necessidade da prévia decretação da perda (e no caso da tutela, pode ocorrer a suspensão) do poder familiar. Por outro lado, a destituição do poder familiar facilita a colocação da criança em adoção.

Outra situação a ser considerada é que a destituição do poder familiar não impede que os pais, destituídos, no futuro, venham recorrer a restituição do poder familiar, uma vez cessado o problema que deu causa a ação e desde que a criança não esteja sob adoção. Quanto a esta questão vale registrar que nem toda a forma de perda do pátrio poder acarreta em extinção.

Nos relatórios sociais dos prontuários analisados constam os caminhos percorridos pelas famílias no intuito de evitar a destituição do poder familiar. Observou-se que em todos os relatórios aparece a família sendo encaminhada para rede sócio-assistencial, porém os resultados apresentados não são favoráveis ao retorno da criança ao convívio familiar. Os genitores figuram como responsáveis pela incompetência em cuidar de seus filhos, por não serem capazes de fazer bom uso dos programas de políticas públicas a eles destinados, em nenhum momento estes serviços são apontados enquanto ineficazes.

A exemplo disto tem-se alguns trechos do Relatório Social do Prontuário A que consta “Em novo atendimento entregamos mais um encaminhamento ao casal, agora ao CRAS, para que pudessem ser incluídos em programas que visem a alfabetização e planejamento familiar”. “No dia 07/12 contatamos o CRAS e conversamos com a psicóloga Z que informou ter atendido o casal de genitores e em sua avaliação pontuou que os mesmos

não tem condições psicossociais, por isto encaminhou-os para atendimento psiquiátrico no CAPS”. “Fomos informados pela psicóloga Z que os genitores não compareceram mais aos atendimentos agendados”.

As subcategorias seguintes têm por finalidade evidenciar de que forma o acompanhamento técnico à família, através das datas e registros, contribuem para o processo de destituição familiar e como este aparece nos relatórios sociais construídos pelos técnicos do abrigo.

#### **4.1 Acompanhamento técnico à família: datas e registros**

Nessa subcategoria buscou-se avaliar de que forma o processo de descredencialização da família aparece durante os auxílios prestados a esta, no período de abrigamento da criança, momento também em que, no caso dos prontuários avaliados, o poder familiar vai sendo destituído. Foi analisado de que forma esse acompanhamento ou atendimento à família é feito, sendo possível averiguar que por muitas vezes este se resume ao registro de datas, em que algum membro de uma determinada família esteve na instituição, ou o registro dos encaminhamentos feitos a serviços da rede pública como CAPS (Centro de Atenção Psicossocial), CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) entre outros.

Nos prontuários, analisados, há um documento designado de Programa de Atendimento Individual para o Cumprimento do Currículo Mínimo Obrigatório, nesse consta a área a qual se refere o atendimento, dentre estas há uma voltada para a família, intitulada de acompanhamento à família. O documento está composto da seguinte forma: espaço a ser preenchido com o nome da criança abrigada, outro a ser preenchido com o nome do responsável técnico (pelo acompanhamento) e uma tabela com uma coluna a ser preenchida com a data em que ocorreu o atendimento e outra ao lado para os registros acerca do atendimento.

Há outro documento, que compõe os prontuários, com informações semelhantes, mas que recebe o nome de Registro Técnico. Ao analisar esses documentos pairou um questionamento sobre a finalidade dos mesmos, pois o primeiro que tem como área de atendimento o acompanhamento à família, nada diz sobre esta, sendo possível ver somente registros com datas de atividades desenvolvidas pelo técnico, a exemplo disto tem-se “04/09 atendimento ao genitor e sua atual companheira”; “05/12 entrega do relatório ao Ministério Público” e “19/04 contato telefônico com o Juizado”.

O documento denominado de Registro Técnico segue a mesma forma de preenchimento, por vezes, com um pouco mais de detalhes acerca do trabalho desenvolvido,

pelo técnico, como se vê em uma das folhas do Prontuário C, na qual consta “24/06 Nesta data telefonei para o Sr. J. tio paterno das crianças. Esclareci esse telefonema e informei que a A. Social do J/J Icoaraci vai lhe telefonar para abordar, novamente, o caso de seus sobrinhos”.

Diante dos apontamentos feitos nos documentos não há como negar que esses relatos evidenciam um cumprimento de função, estes servem para constar que o “trabalho” técnico está sendo realizado, é na verdade uma prestação de contas para com a gerência ou de quem possa vir à cobrança. Os documentos parecem bem mais um cartão de ponto, onde são registrados os dias de trabalho dos técnicos.

Porém não se pode, simplesmente, transferir a responsabilidade pela “ineficiência” do atendimento prestado à família ao técnico, pois seria cair em um reducionismo conceitual. Como afirma Scheinvar (2006) o Estado costuma vestir-se com uma máscara de ineficiência, de incompetência e, ainda apoiando-se em categorias como a de ingovernabilidade, para tornar a figura do servidor público o símbolo de incompetência em matéria de gestão.

Tal reducionismo é percebido também quando o próprio Estado se destitui de algumas de suas tradicionais atribuições em relação à política social e convoca a sociedade civil para participar da gestão da política pública, sabendo que esta não tem, necessariamente, uma tradição participativa orgânica e, mesmo detendo parques e fragmentados espaços nos mecanismos de gestão, é responsabilizada pelo processo de democratização (SCHEINVAR, 2006).

Dessa mesma forma a família, também, através da coação é chamada a assumir total responsabilidade por tornar os filhos cidadãos de bem. Há sempre um discurso de culpabilização rondando a família, é sob essa ótica que a atuação do Estado junto à família é pensada e como consequência as políticas públicas, voltadas para família, ainda se ressentem de uma ação mais expressiva. De acordo com Gomes e Pereira (2005) o Estado deve assegurar direitos e propiciar condições para a efetiva participação da família no desenvolvimento de seus filhos, porém os investimentos públicos brasileiros, na área social, estão cada vez mais vinculados ao desempenho da economia.

As transformações ocorridas na política econômica do Brasil produziram profundas mudanças na vida econômica, social e cultural da população, gerando altos índices de desigualdade social. Como reflexo dessa estrutura de poder, acentuam-se as desigualdades sociais e de renda das famílias, afetando as suas condições de sobrevivência e minando as expectativas de superação desse estado de pobreza, reforçando sua submissão aos serviços públicos existentes. As desigualdades de renda impõem sacrifícios e renúncias para toda a família.

Diante da ausência de políticas de proteção social à população pauperizada, em consequência do retraimento do Estado, a família é chamada a responder por esta deficiência sem receber condições para tanto. O Estado reduz suas intervenções na área social e deposita na família uma sobrecarga que ela não consegue suportar tendo em vista sua situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Assim como afirmam Nascimento e Scheinvar (2005) é importante o debate acerca da família pobre e dos desafios que as políticas públicas têm para o enfrentamento desta problemática. O Estado deve pensar em políticas públicas de caráter universalistas, que assegurem proteção social e que reconheça a família como sujeito de direitos, capaz de potencializar as ações propostas.

Para que isso aconteça é preciso que a família seja enfocada de forma concreta na agenda política dos governos para que ela possa prover sua autonomia e para que seus direitos sejam respeitados. É necessário que as políticas públicas venham em apoio à família pobre não apenas em relação à renda, mas também em relação ao acesso a bens e serviços sociais.

Para Gomes e Pereira (2005) ao se pensar em políticas de atendimento à família alguns princípios devem ser considerados, tais como: romper com a ideia de família sonhada e ter a família real como alvo, tendo claro que esta pode ser fonte de afeto e também de conflito, o que significa considerá-la um sistema aberto, vivo, em constante transformação; é preciso olhar a família no seu movimento, sua vulnerabilidade e sua fragilidade, ampliando o foco sobre a mesma; trabalhar com a escuta da família, reconhecendo sua heterogeneidade; não olhar a família de forma fragmentada, mas trabalhar com o conjunto de seus membros; se um membro está precisando de assistência, sua família estará também; centrar as políticas públicas na família, reconhecendo-a como potencializadora dessas ações e como sujeito capaz de maximizar recursos; o Estado não pode substituir a família, portanto cabe a ele ajuda-la e não dá para falar de políticas públicas sem falar em parceria com a família.

#### **4.2 O processo de descredencialização através dos relatórios**

Nessa subcategoria consta a análise dos relatórios sociais, documento em que se encontram o parecer de todos os profissionais técnicos (psicólogos, assistentes sociais, nutricionista, pedagoga, enfermeira) que atuam na instituição e que lidam direta ou indiretamente com os familiares das crianças abrigadas. Nesses relatos é possível constatar o processo de descredencialização das famílias, de que forma os saberes construídos a respeito



dessas vão montando todo o processo de destituição do poder familiar. Vê-se, também de que forma a família popular é pensada e como esses conceitos técnicos estão embasados em um modelo ideal de família burguesa. Quando a formação real encontrada distancia-se do modelo esperado, são convocadas a responder pelos movimentos que as deixam fora dos padrões de normalidade instituídos.

A família popular, de acordo com Sarti (2007) possui um arranjo, uma formação que estão para além do núcleo familiar ao qual pertence, a relação, o vínculo não são determinados pelo sentimento de pertença a uma linhagem e sim pela rede de obrigações que gera a extensão de parentesco. É a reciprocidade, é o dar e receber, é a ajuda prestada entre si que determinam quem pertence às relações familiares de fato e é sob esse sistema de obrigações morais que se configura a família popular. Há um sistema de valores, baseado nessa moralidade, que influencia seu modo de pensar o mundo social e se colocar frente a ele.

As campanhas sanitárias e educacionais, veiculadas através da mídia televisionada ou das cartilhas distribuídas em escolas e postos de saúde e que têm como ênfase a família, não consideram essa moralidade que influencia o modo de viver da família popular. Ao contrário disso buscam ensiná-las como cuidar, educar e amar os filhos, o que expressa à naturalização de uma estrutura social sustentada na perspectiva indivíduo-família (GOMES e PEREIRA, 2005).

Como afirma Scheinvar (2006) a produção do social se expressa, por excelência, no âmbito da família, por implicar tanto a relação íntima em seu espaço interno como as relações institucionais externas que também a constituem. Tais relações externas são controladas pelas políticas públicas quando, no início do século, em nome da “pureza”, o ideal higienista é incorporado por meio do esquadramento das famílias. Desde então, o controle institucionalizou-se por intermédio de equipamentos sociais, tais como o Juizado, os postos de saúde e a escola, no sentido da correção ou eliminação dos “irregulares”.

As políticas públicas voltadas para a família pobre são sustentadas no ideal da prevenção, o que caracteriza um prognóstico de que a família popular não é capaz de se enquadrar no modelo de família, socialmente instituído, que corresponde ao arquétipo da família burguesa. Assim faz-se necessário uma atitude vigilante para que o sistema não seja corrompido. Não sendo capaz de reproduzir o modelo familiar “adequado” na concepção dos técnicos do abrigo, a família, da criança abrigada, tem o seu direito à família arrebatado não só pela institucionalização dos filhos, mas também através das escolas e dos conselhos tutelares.

Scheinvar (2006) pontua que tais equipamentos sociais diagnosticam a incapacidade de a família ser família. Isto ocorre seja retirando os filhos fisicamente ou desqualificando seus saberes e suas ações tanto com classificações estreitas como a de “família desestruturada”, como com intervenções discriminatórias, que submetem indivíduos/famílias a serviços públicos inadequados, de qualidade duvidosa, que não interferem, efetivamente, na condição de vida que os levou a serem alvo de intervenção. O âmbito público faz-se presente nas relações privadas da família, intervindo e marcando a hibridação entre o público e o privado e, desta forma, produzindo o social.

Essa descredencialização das famílias avaliadas pelo abrigo, ou melhor, da sua qualificação enquanto “família desestruturada” aparece em todos os relatórios sociais analisados. A exemplo disso temos um trecho do Relatório Social do Prontuário A: “(...) realizamos a primeira visita domiciliar em que os mesmos estavam morando no endereço supracitado e constatamos tratar-se de um local desorganizado, com chão de terra, odor fétido, equipamentos domésticos em péssimo estado de conservação, onde o casal estava alojado em um “quartinho” da casa com uma cama de casal e um armário velho em madeira.

O Relatório Social aparece como uma relação das privações pelas quais a família passa, é um relato pautado na falta material, emocional, cognitiva e tantas outras mais. O olhar que avalia a família, da criança abrigada, revela um compromisso em atestar as ausências vivenciadas por esta, é como se ali nada tivesse ou o que tem não serve, não é “suficientemente bom” a ponto de prover as crianças os cuidados necessários ao seu desenvolvimento.

O empenho em constatar as inadequações da família é perceptível em todos os relatórios. Há um trecho do Relatório Social do Prontuário C que diz “Finalmente descreveu que não possui nenhum equipamento doméstico e também não possui residência própria, porém enfatizou o fato de está trabalhando arduamente com sua venda de picolé e que irá comprar uma casa na mesma ocupação no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais)”. A fala se refere ao genitor da família, em questão, que como um réu confesso “finalmente” assume as ausências que o cerca.

Em um trecho do Relatório Social do prontuário B encontra-se o seguinte relato “residem em um cômodo de madeira em precárias condições de habitabilidade e sem os utensílios domésticos necessários”. Assim mais uma vez a família é abordada a partir da falta, as residências que essas famílias habitam não possuem, aos olhos dos técnicos, a morfologia e funcionamento favorável às relações familiares.

Os relatórios apresentam de forma enfática a insalubridade, ocasionada tanto pela arquitetura da moradia quanto pela ausência de utensílios domésticos, das casas habitadas pelas famílias, assim como pontuam os encaminhamentos feitos para a rede sócio-assistencial. Costa (2004) ao escrever sobre a transformação da residência colonial em casa higiênica afirma que a medicina se impõe enquanto técnica de regulação do contato entre a família e o Estado e encontra na casa um dos maiores aliados.

A casa colonial era descrita como rustica em material e técnica de construção, com precárias instalações de esgoto e pobre em móveis sendo assim chamada a mudar sua feição para, então, atender aos preceitos necessários tanto à aquisição como à conservação da saúde (COSTA, 2004). Como nos aponta o autor ministrar ensinamentos à família é uma prática antiga e que se estende aos dias atuais. No Relatório Social do Prontuário C há um trecho que corrobora com essa afirmação “Na oportunidade entregamos a ele um encaminhamento para o CAF (Escola da Família) com o objetivo de obter mais esclarecimentos sobre a importância da família”.

Nota-se que o próprio nome do programa, Escola da Família, fala por si só qual o seu desígnio. O pensamento que fundamenta a maioria dos programas políticos, que tem como eixo a família a concebe de forma infantilizada, a qual deve ser ensinada e cobrada ao invés de ser incluída como agente potencializador e capaz de construir novas perspectivas.

Os saberes especializados persistem em fazer o mesmo percurso político-científico da higiene médica. Continuam a utilizar-se do mal-estar da família, como matéria prima, para ensiná-las através de suas práticas terapêuticas a norma física e psíquica típica e exclusiva do modo burguês. Permanecem atados ao <cientificismo> e assim redobram as medidas de controle terapêutico. Assinalam e interpretam o indivíduo como provas de que eles não estão suficientemente convertidos ou submisso as normas de saúde (COSTA, 2004).

Outro ponto perceptível nos relatórios é que apesar de haver uma rede sócio-assistencial, para a qual as famílias são encaminhadas, está não possui os recursos necessários a um suporte integral como se verifica no Relatório Social do Prontuário C “A Sr.<sup>a</sup> Z informou que estivera na Fazenda Embrião e ali solicitaram exames de HIV, mas no centro de saúde do bairro não estavam garantindo”.

Em outro trecho do mesmo relatório consta “A Assistente Social G questionou a ausência dos pais nos abrigos para visitar os filhos e o casal declarou dificuldades financeiras, não sendo possível arcar com as passagens” A família enquanto objeto central das políticas públicas e de uma regulação legal do seu modo de vida é constantemente cobrada pelos deveres, que lhe são instituídos, e quando não cumpridos são passíveis de processo judicial.

Suas obrigações não se restringem mais ao domínio público são obrigações públicas que devem ser cumpridas no domínio privado.

Veronese (1999) pontua que a política pública deve ser vista como um conjunto de ações, capaz de formar uma rede complexa e endereçada sobre precisas questões de relevância social. São ações, enfim, que objetiva a promoção da cidadania, não devendo ser concebida enquanto sinônimo de assistencialismo e, muito menos, de paternalismo. Porém, na prática, as ações que tem como eixo a família estão pautadas no pensamento infantilizado que se têm sobre estas, para quais são sempre propostas ações que a aproxime do modelo de família socialmente instituído, pois quanto mais distante do parâmetro ideal mais próxima da descredencialização.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa buscou avaliar através dos documentos, encontrados nos prontuários, como ocorre o processo de destituição do poder familiar, analisando as causas motivadoras do abrigo, os pareceres da equipe técnica e quais estratégias foram utilizadas no sentido de evitar a perda dos direitos sobre as crianças pelas famílias. Os motivos que levaram ao acolhimento institucional são caracterizados desde negligência a violência física, o que pode ser considerado razão suficiente tanto para o abrigo como para uma possível destituição, porém o que foi questionado durante toda a análise é como a condição socioeconômica das famílias é considerada de forma exasperada, passando a ideia de este ser um fator preponderante para destituição por ser aceito, socialmente, como solução para o que se constitui como problema das crianças pobres. A partir do discurso de proteção da infância em risco social, a prática de institucionalização e de destituição do poder familiar, por vezes, são baseadas nas avaliações das ausências que a família possui.

Alguns marcos legais e regulatórios em que a criança figura como sujeito de direito, possuem algum artigo, parágrafo, inciso, enfim algo que faça uma referência sobre a importância da família. Porém grande parte das políticas públicas em que a criança e a família são objetos, na maioria das vezes, revitimizam ao invés de proteger, transgredindo os direitos ao invés de garanti-los. Há uma preocupação por parte dos programas, planos, ações, projetos, políticas, em diagnosticar as falhas existentes em comparação a um conceito reducionista da família.

Muitas vezes é esse modo de pensar a condução da família e a sua formação de maneira diferente, é que parece não ser bem aceito, pois o sentimento de família moderna, que surgiu nas camadas nobres, na burguesia estendeu-se para todas as classes sociais, constituindo-se em um modelo a ser seguido. Sendo necessária uma reflexão sobre o que pontua Danzelot (1986) ao questionar se a vida familiar teria se transformado num valor moral universal. Seria audacioso afirmar que o sentimento da família, nas camadas populares, é da mesma natureza e obedece à mesma lógica, têm os mesmos valores, as mesmas esperanças e possui os mesmos efeitos que nas outras classes.

Como afirma Costa (2004) o propósito não é negar que a família tem seus sofrimentos e, por vezes, precisa de ajuda, não é negar que os indivíduos, por vezes, encontram-se desorientados e às voltas com seus problemas familiares, mas problematizar as

soluções ou receitas que lhes são propostas, as lições que são dadas à família, sem considerar as diferenças sociais a que são impostas.

Diante disso muitos questionamentos surgem e faz-se necessário uma reflexão constante sobre o olhar que qualifica as famílias, das crianças abrigadas, interrogar-se sobre os parâmetros que estão sendo estabelecidos a estas, e o quanto estes são possíveis de serem alcançados pela família popular, pode ser uma forma de se evitar a reprodução de um discurso pautado num conceito rebuscado de desestrutura familiar e de culpabilização da família, tida como incapaz de governar-se.

Os prontuários analisados apontam para as inúmeras dificuldades vivenciadas pelas famílias, das crianças abrigadas, tais como dependência química dos pais, violência doméstica e as de ordem financeira, fatores suficientes para que o acolhimento das crianças ocorresse. Porém um fator que muito chamou a atenção no decorrer das análises e tornou-se o questionamento eixo é a relevância com que é tratada a situação econômica desfavorável das famílias, sem que o contexto social e político seja considerado. Outro ponto questionado é a ausência de dados que tratem do ambiente não só enquanto um espaço físico, mas também enquanto um espaço relacional, dados que falem da afetividade existente entre os genitores e suas crianças, assim como não é possível perceber de que forma essas relações são trabalhadas pela equipe.

Os especialistas, ao se manterem presos a um sistema de ideias que presa, única e exclusivamente, pelo cientificismo e por julgarem que suas práticas profissionais nada tem haver com as políticas, que cercam e ocasionam as desestruturas nas famílias, não procuram rever as matrizes sociais da ciência que orienta os postulados teóricos e técnicos destas práticas. Pelo contrário, renovam o equipamento teórico-técnico de terapias e pedagogias terapêuticas, que reforçam a engrenagem geradora do desconforto familiar (COSTA, 2004).

A partir das análises dos prontuários, o presente trabalho, buscou demonstrar que as dificuldades financeiras e de ordem emocional vivenciadas pela família, não serão sanadas com a culpabilização destas. É preciso olhá-las como um todo e isso inclui o contexto social e político que as cercam, faz-se necessário questionar as políticas públicas para estas criadas. Na subcategoria “O processo de descredencialização através dos relatórios” têm-se a constatação de como a rede sócio assistencial é falha e não cumpre com o que se propõe, os encaminhamentos aos inúmeros programas são feitos e constam como uma forma de tentativa

de manutenção da guarda das crianças pelos genitores, porém vê-se que não percorrer os programas não é o suficiente é preciso que estes de fato funcionem.

De acordo com Carvalho (2002) é preciso olhar a família no seu movimento de organização-reorganização que torna visível a conversão de arranjos familiares entre si, bem como reforça a necessidade de se acabar com qualquer estigma sobre as formas familiares diferenciadas. Evitando a naturalização da família, precisamos compreendê-la como grupo social cujos movimentos de organização-desorganização-reorganização mantêm estreita relação com o contexto sociocultural.

Como afirma Scheinvar (2006) ao se insistir na privatização do conflito, ao localizá-lo nas pessoas e não nas estruturas, nas concepções, na produção de subjetividades e nas práticas cotidianas, está-se assim potencializando-o. A família tem se convertido em um dispositivo de privatização do social na medida em que ela passou a ser o alvo privilegiado na cobrança a que é submetida pelo controle social. No entanto, a família não é produzida no sentido de analisar, debater, propor e intervir, enfim, nos processos em que se vê imersa. A esta cabe somente à culpa pela desestrutura apresentada.

A família tornou-se mais um espaço de privatização do social em um sistema estruturado a partir da iniciativa privada. A sua transformação também passa pela construção de outras relações que tenham como fundamento o pensamento e a prática coletivos, por meio dos quais ela possa participar de seus próprios processos em uma condição de autora, e não em um cenário de infantilização, em que apenas é cobrada, e não convocada, a construir outras perspectivas. Ao mesmo tempo em que se potencializa a família ao instituí-la como eixo do social, opera-se um processo de desqualificação, pois efetivamente os atravessamentos presentes em sua constituição transcendem em muito os seus limites (NASCIMENTO E SCHEINVAR, 2005).

O discurso sobre a centralidade da família tem mostrado uma série de contradições e impasses. Se de um lado a pobreza extrema não pode ser, legalmente o motivo para a retirada das crianças de suas famílias de origem, assim como, também, a pobreza não deve ser apontada como desestrutura, a realidade tem se revelado contraditória, pois mediante as análises dos prontuários constatou-se que a carência material figura como causa relevante no processo de destituição do poder familiar. É possível perceber uma avaliação embasada no contexto das faltas que as famílias apresentam, não sendo possível constatar os aspectos positivos que essas famílias possam ter.

Scheinvar (2006) pontua que historicamente, os especialistas emergem enquanto exércitos autorizados pelo saber escolar, atuando a partir da desqualificação dos não legitimados pela academia. Da mesma forma, as práticas de proteção não são discutidas com os definidos como carentes; são pré-determinadas com base em modelos de normalidade. O poder de sua intervenção nos equipamentos sociais está dado por saberes técnicos, fundados em modelos que se propõem a enquadrar os definidos como carentes. Os conteúdos analisados apontam para uma reprodução de saberes sem uma reflexão das condições econômicas e sociais que cercam essas famílias.

A pesquisa se propôs a pontuar a necessidade de uma reflexão sobre a possibilidade de se estabelecer novas referências ao se pensar à família e as formas de proteção da infância, a necessidade de incluir as famílias nas discussões das soluções que são pensadas para elas. Mas como pontua Lemos, Nascimento e Scheinvar (2008) isso implica insistir nas diversas leituras possíveis perante uma proposta política; implica produzir novas práticas. Assim, as leituras polêmicas em relação aos discursos hegemônicos criam novos territórios, novos debates e, com eles, novas práticas. Por oposição, formular enunciados plurais e preservar velhos procedimentos é reforçar poderes tradicionais em nome de retóricas combativas. Inovar, desconstruir são exercícios de grande responsabilidade por emergirem das próprias tradições que se colocam sob questão. Não se trata apenas de negar velhas estruturas, mas de reconhecer nas práticas que elas produzem a emergência de espaços a serem explorados.

As situações em que se exerce a proteção tendem a se repetir sistematicamente, por tratar-se de casos em sua maioria reconhecidos tanto por suas causas como pelas formas que adotam. A política de proteção é uma opção política; não é a única forma possível nem é uma prática acidental. A intervenção acontece de forma loteada pelos diversos saberes especializados. Cada um diagnostica e faz um encaminhamento em seu domínio, tornando a relação social que foi definida como “problemática”, “irregular” ou “carente”, uma colagem na qual os sujeitos não se reconhecem, estranham o contexto em que foram enquadrados, onde sua vida não faz sentido, não é mais sua vida. Vê-se obrigado, então, a curvar-se perante a incapacidade de auto-regular-se.

A intervenção do Estado sobre essas famílias enquanto vetor das faltas que causam a desestrutura das famílias, não está sendo problematizada pela lucidez científica das terapêuticas dirigidas às famílias, pelo contrario culminam por ocasionar uma grave miopia política, que tende a abolir, no registro simbólico, o real adjetivo de classe existente em todas estas lições de amor dadas à família (COSTA, 2004).



É neste sentido que se torna interessante debater não só os enunciados legais, mas as visões em seus contextos políticos e sociais específicos, exercício fundamental para levar à prática os ideais de mudança. Implementar uma nova lei, uma nova concepção de proteção, é preparar-se de forma ciosa para levá-la à prática no cotidiano dos equipamentos sociais, produzir novas alianças e pensar estratégias orientadas a consolidar os ideais postulados. Ou seja, fazer com que os postulados sejam lidos nas práticas cotidianas. Fugir deste caminho é investir no descompasso da história, usando novos discursos para reforçar velhos poderes.

A família tem sido tema central de diversos saberes, o estudo em questão não teve a pretensão de esgotar as discussões e problematizações sobre a mesma, mas de contribuir para uma reflexão acerca de uma camada específica, que é a família das crianças abrigadas. Refletir sobre os conceitos que a qualificam, sobre as práticas que lhes regulam e sobre os padrões que lhes são impostos. Não cabe aqui julgar a competência dos profissionais, questionar seus procedimentos e instrumentos, medir seu conhecimento, mas pontuar a necessidade emergente de repensar até que ponto estas injunções não revertem, inevitavelmente, em maior disciplina, maior vigilância e maior repressão.

Há necessidade de se pensar a família de acordo com o modo com que funciona na prática, a partir de sua realidade. Como mostra Gueiros (2010) as famílias de camadas populares, que são organizadas em rede (participação de outros parentes e de pessoas da comunidade no convívio e em prol da sobrevivência) e que têm como foco o sistema de obrigações, diferenciam-se das de camadas médias, que se organizam em núcleos centrados no parentesco.

Diante disso, uma das questões que se impõe é a de compreender como essa organização da família em rede poderia ser oficialmente assumida pelas instituições - sem necessariamente passar pela legalização do vínculo ou da responsabilidade, como é geralmente exigido pelo sistema judiciário - com vistas a contribuir para o fortalecimento de certas estratégias de sobrevivência dessa população e da própria prevalência da convivência familiar e comunitária. É preciso levar em conta as particularidades de cada família (GUEIROS, 2010).

Assim o trabalho buscou pontuar a necessidade de se pensar na possibilidade de novas práticas, em que a família seja vista e pensada a partir da realidade que a cerca e não através de um modelo pré-estabelecido. Diante dos novos arranjos familiares que se constituem, faz-se necessário que cada família seja vista e pensada a partir de suas particularidades, pois o fundamental é a convivência familiar.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, J. C. M. **Direito Romano**. Rio de Janeiro: Forense, 2001
- AMARAL, C.C.G. **Famílias às avessas: gênero nas relações familiares de adolescentes**. Fortaleza: Ed. UFC, 2001.
- AMORA, A. S. **Minidicionário da língua portuguesa**. São Paulo: Saraiva, 1997.
- AMAZONAS, M. C. L. e BRAGA, M. G. R. **Reflexões acerca das novas formas de parentalidade e suas possíveis vicissitudes culturais e subjetivas**. Revista *Ágora*. Rio de Janeiro. vol. 9, n. 2, jul/dez 2006.
- ANDRADE, Maria M. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 2006.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2001.
- BRASIL. **Constituição da república federativa do Brasil: de 5 de outubro de 1988**. São Paulo: Atlas, 2009.
- CARVALHO, I.M.M. de. **Brasil: reestruturação produtiva e condições sociais**. *Caderno CRH*, Salvador, Edufba, n.35, 2001.
- CARVALHO. M. C. B. **Família contemporânea em debate**. São Paulo: Cortez, 2002.
- CARTER, B & McGOLDRICK, M. **As Mudanças no ciclo de vida da família: uma estrutura para a terapia familiar**. Porto Alegre: Artemed, 2001.
- COSTA, J. F. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 2004.
- DONZELOT, J. **A polícia das famílias**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da ciência**. São Paulo: Atlas, 1985.
- EIRIZIK, M. F. **Por que fazer pesquisa qualitativa?** Revista Brasileira de Psicoterapia, v. 5, n. 1, 2003.
- FERREIRA, L. A. M. **O promotor de justiça frente à institucionalização de criança e adolescente em entidade de abrigo e a destituição do poder familiar**. São Paulo: 2004. Disponível em <http://www.pjpp.sp.gov.br/2004/artigos/16.pdf>. Acessado em 16/10/2011.

GODOY, A. S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades.** Revista de Administração de Empresas. São Paulo, v. 35, n. 2, mar/abr, 1995.

GOMES. M. A. e PEREIRA. M. L. **Família em situação de vulnerabilidade social:** uma questão de políticas públicas. Revista Ciência, saúde e coletividade. Rio de Janeiro. vol 10, n. 2, abr/jun, 2006.

GUEIROS, D. A. **Família e trabalho social:** intervenções no âmbito do serviço social. Revista Katálysis. Florianópolis, v 13, n. 1, jan/jun, 2010.

Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada – IPEA. **Levantamento nacional de abrigos para crianças e adolescentes da rede SAC.** Brasília: 2004. Disponível em <http://www.ipea.gov.br>. Acessado em 09/05/2009.

LEMOS, F. C. S.; NASCIMENTO, M. L.; SHEINVAR, E. **Arquivos da dissidência:** os corpos fugidos de crianças e jovens. Psic. da Educ. São Paulo, vol. 26, p. 159-172, 2008.

MARCÍLIO, M. L. **História social da criança abandonada.** São Paulo: Hucitec, 1998.

MINUCHIN, S. **Família:** funcionamento e tratamento. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

NASCIMENTO, M. L. e SCHEINVAR, E. **Infância:** discursos de proteção, práticas de exclusão. *Estud. pesqui. psicol.*, dez. 2005, vol.5, no.2, p.51-66.

PEDROSO, J. S. **Famílias no vale do rio Jari:** dinâmicas, mudanças e acomodações. Tese de Doutorado em Ciências Sócioambientais, NAEA/UFPA, Setembro de 2003.

RAGO, M. **Do cabaré ao lar:** a utopia da cidade disciplinar Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

RIZZINI, I. **A institucionalização de crianças no Brasil:** percurso histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2004.

SARTI, C. A. **A família como espelho:** um estudo sobre a moral dos pobres. São Paulo: Cortez, 2007.

SHEINVAR. E. **A família como dispositivo de privatização do social.** Arq. Bras. Psicol. Rio de Janeiro. Vol. 58, n. 1, jan/jun 2006.

SZYMANSKI, H. Teoria e “teorias” de família. In: CARVALHO, M. C. B. **A família contemporânea em debate.** São Paulo: Cortez, 2002.

TARNOVSK, F. **“Pais assumidos”**: adoção e paternidade homossexual no Brasil contemporâneo. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, PPGAS/UFSC, 2002.

TURATO, E. R. A questão da complementaridade e das diferenças entre métodos quantitativos e qualitativos de pesquisa: uma discussão epistemológica necessária. In: GRUBITS, S.; NORIEGA, J. A. V. (orgs.). **Método Qualitativo**: epistemologia, complementaridades e campo de aplicação. São Paulo: Vetor Ed. UCDB, 2004. p. 17-51.

VENANCIO, J. P. **Famílias abandonadas**: assistência à crianças de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – séculos XVIII e XIX. Campinas - SP: Papyrus, 1999.

VERONESE, J. R. P. **Os direitos da criança e do adolescente**. São Paulo: Editora LTR, 1999.